

**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA A CONSTRUÇÃO DO PLANO ESTADUAL DE  
EDUCAÇÃO, PARTICIPAÇÃO E ACOMPANHAMENTO SOCIAL REALIZADA NA  
TERCEIRA SESSÃO LEGISATIVA DA DÉCIMA TERCEIRA LEGISLATURA DA  
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**

Aos vinte e um dias do mês de outubro do ano dois mil e vinte e cinco, às quatorze horas e trinta e seis minutos, no Plenário Deputado Júlio Maia, sob a presidência do senhor deputado Professor Rinaldo, em parceria com a Secretaria de Estado de Educação (SED), com o Conselho Estadual de Educação e com o Fórum Estadual de Educação, deu-se abertura da Audiência Pública A Construção do Plano Estadual de Educação, Participação e Acompanhamento Social.

**MESTRE DE CERIMÔNIA** (Severina da Silva) — [Apresentação cultural] Agradecemos a apresentação da dupla pela colhida neste evento. Essa dupla é composta pelos irmãos Eros e Lorenzo, ganharam destaque nacional ao participarem da Oitava Temporada do The Voice Kids, quando todas as cadeiras viraram. A dupla canta música sertaneja, com forte influência de clássicos do gênero, apresentam-se em vários eventos de cultura, educação e feiras do agronegócio. Possuem música autoral nas plataformas digitais e, atualmente, participam de um projeto de faixas gravadas com o Maestro Pinochio, grande referência na música sertaneja. Autoridades, parlamentares, profissionais da área de educação, representantes de entidades de classe, acadêmicos, senhoras e senhores, boa tarde! Sejam todos bem-vindos! Boa tarde a todos que nos acompanham pelas nossas plataformas digitais, pela TV Alems, canal 7,2 da TV aberta, e pela Rádio Alems, conectada com a Rádio Senado na frequência 105,5. Temos wi-fi disponível, para acessá-lo, localize em seu dispositivo a rede Alems. Estarão disponíveis, dentro do prazo regimental, no site da Alems, a matéria jornalística, os registros fotográficos e as notas taquigráficas. A Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso do Sul, por proposição do deputado Professor Rinaldo, presidente da Comissão Permanente de Educação, Cultura e Desporto, em parceria com a Secretaria de Estado de Educação, com o Conselho Estadual de Educação e com o Fórum Estadual de Educação, realiza esta Audiência Pública A Construção do Plano Estadual de Educação, Participação e Acompanhamento Social. Para elaboração do plano, foram constituídos quatorze grupos temáticos de trabalho, em conformidade com o Projeto de Lei nº 2614/2024, que trata do Plano Nacional de Educação (PNE), que está em tramitação no Congresso Nacional. A proposta nacional contém dezoito objetivos, cinquenta e oito metas e duzentas e cinquenta e três estratégias, com vigência para dez anos. O PNE atual foi prorrogado até dezembro de 2025 e o Estado de Mato Grosso do Sul também prorrogou o Plano Estadual de Educação até o final do ano. Espera-se que ambos os planos sejam aprovados ainda em 2025, com imediata vigência a partir de 2026. Considera-se este o terceiro encontro, já que no mês de julho aconteceu o Primeiro Seminário, no qual foi elaborado um diagnóstico preliminar da educação de Mato Grosso do Sul, e, em outubro, aconteceu o Segundo Seminário, em que foram discutidas as metas, objetivos e estratégias. Sendo assim, esta audiência pública tem como propósito a discussão da construção do Plano Estadual de

Educação de Mato Grosso do Sul, um compromisso com a qualidade e equidade. Visa contar com participação de toda a sociedade — principalmente dos segmentos educacionais, gestores das universidades, escolas públicas e privadas, trabalhadores da educação pública e privada, estudantes, mães, pais e responsáveis, além dos setores sociais como entidades sindicais, movimentos de afirmação da diversidade, comunidade científica, movimentos em defesa da educação, entidades municipalistas, parlamentares, órgãos de fiscalização e controle, entre outros — para debater e apresentar propostas para a criação e implementação de políticas educacionais consistentes. Senhoras e senhores, para compor a mesa desta audiência, convidamos: o proponente, deputado Professor Rinaldo, presidente da Comissão Permanente de Educação, Cultura e Desporto; a deputada Gleice Jane, vice-presidente Comissão Permanente de Educação, Cultura e Desporto; o professor Davi de Oliveira Santos, superintendente de Modalidade e Programas Educacionais, representando a SED na Comissão para Elaboração do Plano Estadual de Educação (PEE); a professora doutora Celi Corrêa Neris, presidente do Conselho Estadual de Educação; o professor doutor Onivan de Lima Corrêa, coordenador do Fórum Estadual de Educação de Mato Grosso do Sul; a professora Deumeires Morais, presidente da Federação dos Trabalhadores em Educação (Fetems). Teremos a execução do Hino do Estado de Mato Grosso do Sul, letra de Jorge Antônio Siufi e Otávio Gonçalves Gomes e música de Radamés Gnattali [execução do hino]. Registraremos a presença das seguintes autoridades: deputado Pedro Kemp, segundo-secretário deste Parlamento; doutora Patrícia Sarmento dos Santos, conselheira substituta, representando o Tribunal de Contas de Mato Grosso do Sul; professora doutora Heloisa Laura Queiroz Gonçalves da Costa, diretora de Avaliação Institucional, representando a Magnífica reitora da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), professora doutora Camila Celeste Brandão Ferreira Ítavo, presidente do Conselho de Reitores das Instituições de Ensino Superior de Mato Grosso do Sul (Crie/MS); professora Edinalva Lopes Brasil, técnico-administrativa Educacional, representando a pró-reitora de Ensino do Instituto Federal de Educação e Tecnologia de Mato Grosso do Sul; professora Blanca Martin Salvago, coordenadora pedagógica da UCDB/virtual; representando a Universidade Católica Dom Bosco (UCDB); professora Vera Lúcia Campos Ferreira, do Conselho Estadual de Educação; Alelis Izabel de Oliveira, coordenadora da União Nacional dos Conselhos Municipais de Educação; professora Mariuza Aparecida Camillo Guimarães, coordenadora adjunta do Fórum Estadual de Educação; professora mestra Maria José Teles Franco Marques, membro da Comissão de Elaboração do Plano Estadual de Educação da SED; senhor José Roberto Rodrigues de Oliveira, presidente da Associação dos Docentes da Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul; senhora Maria José Amaral, coordenadora-geral do Fórum Municipal de Educação de Campo Grande. Senhoras e senhores, para as boas-vindas e abertura oficial desta audiência pública, anunciamos o proponente, deputado Professor Rinaldo.

**DEPUTADO PROFESSOR RINALDO** - Podemos (presidente da Comissão Permanente de Educação, Cultura e Desporto) — Invocando a proteção de deus, em nome da liberdade e da democracia, cumprimento a todos e declaro aberta esta audiência pública, de minha proposição, em conjunto com a Secretaria de Estado de Educação, com o

Conselho Estadual de Educação e com o Fórum Estadual de Educação, sobre "A Construção do Plano Estadual de Educação, Participação e Acompanhamento Social", que tem por finalidade promover o debate, na instância estadual, com entidades participantes e representações da sociedade civil. Sejam todos bem-vindos à Assembleia Legislativa, Casa de Leis e da Cidadania. Solicito ao Cerimonial que prossiga com as formalidades programadas para esta audiência pública e registros de presença.

**MESTRE DE CERIMÔNIA** (Severina da Silva) — Registraremos as seguintes presenças: professora Francisca Viana da Silva, do Sindicato dos Estabelecimentos de Ensino de Mato Grosso do Sul; professora Maria Joana Durben Mareco, coordenadora do Fórum de Educação de Jovens e Adultos de Mato Grosso do Sul; Josefa Silva, vice-presidente da Associação Campo-Grandense de Professores (ACP); professora doutora Cássia Barbosa Reis, coordenadora do Curso de Enfermagem, representando a Associação dos Enfermeiros; senhora Suzana Gil Pato, presidente do Simted de Itaporã; Lozenir Severo dos Santos, presidente do Simted de Pedro Gomes; professora doutora Ana Paula Gaspar Melim, do Fórum de Educação Infantil; Wanderley Dias Cardoso, vice-presidente do Conselho Municipal de Educação de Aquidauana; e Daniela Curti, presidente do Simted do município de São Gabriel do Oeste.

**DEPUTADO PROFESSOR RINALDO** - Podemos (presidente da Comissão Permanente de Educação, Cultura e Desporto) — Para abrilhantar a nossa tarde, teremos apresentação da professora doutora Mariete Félix Rosa.

**SENHORA MARIETE FÉLIX ROSA** (professora) — Hoje me pediram para falar para vocês e fiquei pensando o que iria falar. Daqui a dez dias, iremos comemorar o Dia Nacional da Poesia. Então, pensei em juntar poesia e música para vocês. São duas formas de expressões artísticas, que podem parecer bem distintas, mas, na verdade, possuem uma interconexão tão profunda que é quase impossível dissociarmos. O que exatamente esses dois universos tem em comum? Com suas disposições de palavras, a poesia nos leva a criar imagens vívidas, evocando emoções, porque a musicalidade dos versos, a rima, o ritmo e a métrica são elementos fundamentais que fazem da poesia uma forma de arte ligada à música. Os poetas utilizam esses recursos sonoros que criam efeitos musicais em seus textos e o ato de recitar um poema, muitas vezes, assemelha-se a cantar. O som e a entonação das palavras podem intensificar a experiência, levando você a uma viagem emocional. Eu fui menina criada entre os sons da poesia e da música entre Camões, Gonçalves Dias, Castro Alves, Casimiro de Abreu e tantas outras maravilhas. Ficava inebriada pela cadência das palavras. Era como se cada verso tivesse a sua própria melodia. Quem não se lembra? "Minha terra tem palmeiras, / Onde canta o sabiá; / As aves, que aqui gorjeiam, / Não gorjeiam como lá. / Nosso céu tem mais estrelas, / Nossas várzeas têm mais flores, / Nossos bosques têm mais vida, / Nossa vida mais amores". Sueli está recitando comigo. Professor sabe dessas coisas. Por outro lado, a música é, em sua essência, uma forma de poesia sonora, repleta de metáfora, simbolismos, emoções, variações, timbre, intensidade, andamento, altura, ritmo, que fazem parte da música e nos

fazem mergulhar numa narrativa sonora, que nos transportam, transformam, influenciam de maneira significativa. Quando somamos melodia e harmonia em versos, métricas e rimas, as palavras ganham vida nova, poesia cantada; muitos poetas emprestaram suas poesias para os musicistas. Eu poderia citar inúmeros, mas aqui eu vou falar e cantar Cecília Meireles: "Eu canto, porque o instante existe / e a minha vida está completa. / Não sou alegre nem sou triste: / sou poeta." Cecília Meireles se foi, mas a sua poesia ficou. Este país é rico em cultura, só precisamos conhecer o tanto que temos. Artistas, sejam poetas ou músicos, têm um papel fundamental na criação deste acúmulo cultural. Eles têm sido os mediadores entre emoção e expressão, mas o nosso poeta sul-mato-grossense Emmanuel Marinho diz o seguinte: "Poesia não compra sapato, mas como viver sem poesia?" Andar com a poesia é o que move os poetas. E esses poetas sul-mato-grossenses que estão espalhados por essas terras fronteiriças, por essas extensas terras que fazem proximidades com outras regiões do país, levaram o nosso poeta Manoel de Barros a andar com poesia. A achar que é possível morar, sabem onde? "Nas margens de uma garça e que os lírios sonharam de gostar de coisinhas sem importância, de caracóis, de formigas, de coisas inventadas, de despalavras, de despropósitos, de deslimites". Suas poéticas e neologismos incomodaram as pessoas muito célicas, pois ele virou as gramáticas de perna para o ar. Hum... Era um poeta fazedor de amanhecer, se embrenhou no Pantanal, entre lesmas, caramujos, passarinhos, árvores, e fez com que suas brincadeiras poéticas fossem conhecidas pelo mundo inteiro. "Antigamente, o tatu era gente e namorou a mulher de um outro homem". Sapo é um pedaço de chão que pula. Meu casaco é da cor do sol, e uma andorinha queria trocar o casaco dela comigo, mas o casaco da andorinha era cinzento, ela pensa que eu sou maluco. Do alto de uma figueira onde pouso para dormir, posso ver os vagalumes, são milhares de pingo que tento cobrir o escuro, quando uma estrela cai no escurão da noite e um violeiro toca suas mágoas, então os olhos dos bichos vão ficando iluminados, rebrilham neles estrelas de um sertão enluarado, em terras onde um dia o Brasil foi Paraguai, harmonia dos gorjeios ganham espaços na música para retratar sua história. Mato Grosso encerra em suas próprias terras, sonhos Guaranis, por campos e serras a história enterra uma só raiz". E as canções se tornaram trilhas sonoras dos viajantes, tornando as loucuras sem pressa. "Nossa viagem não é ligeira, ninguém tem pressa de chegar; a nossa estrada é boiadeira, não interessa onde vai dar; onde a comitiva esperança chega já, começa a festança, através do rio Negro, Nhecolândia e Paraguai". Aqui também se fez uma música, que retrata um pouco do povo que gosta de polca e chamamé, primeira canção, roda o tereré, canta quem quiser, lua vai ouvir, a noite a lua brilha no rio Aquidauana, A-qui-dau-ana, que em tempos longínquos nossos povos originários queriam dizer que aqui da febre, aquela febre ela foi embora, mas outras vieram, mas os nossos índios ficaram, hoje são oito povos, e aí o nosso cantor fez uma música, "Kikiô nasceu no centro / Entre montanhas e o mar / Kikiô viu tudo lindo / Todo índio por aqui / Índia América deu filhos / Foi Tupi, foi Guarani / Kikiô morreu feliz / Deixando a terra para os dois / Guarani foi pro sul / Tupi pro norte". O rio Aquidauana seguiu seu curso, e a lua, um tempo atrás, reluzia o velho trem que anunciava a sua chegada; ele atravessava os morros de Piraputanga, cortando Aquidauana, Miranda, Pantanal, atravessando o rio Paraguai. Ah, o rio Paraguai... "Rio Paraguai, a tradição entre nós é você. / Rio Paraguai, das lendas e

canções". E assim o trem chegava em Corumbá, uns ficavam e outros partiam. Sabem para onde? Rumo a Santa Cruz de La Sierra, mas o trem percorria outras bandas, cortava Três Lagoas, Maracaju, e o poeta cantor pergunta: "Onde você quer ir, meu bem? / Diga logo, pra eu ir também / Você quer pegar aquele trem? / É naquele trem que eu vou também / É pra Ponta Porã? / Cunhataiporã chero rai rô". Nossa história conta, nossa música conta... Hum, são tantas, não são poucas. Falam de cidades de outros tempos e do que sentimos. Sabem por quê? "Saudade é o que me faz regressar / Cruzar o chão sob as luzes do luar / Pedindo para uma estrela me guiar / Ouvi o som de um berrante a me chamar". E chama por quê? A mim, por pertencimento, e a você? Como diz uma sul-mato-grossense que vive do outro lado do oceano, porque aqui é o lar, aqui é o meu lugar: "Lá hei de encontrar / Toda a quietude que minh'alma pede / Vi tudo que deixei / Quando conheci o gosto da saudade / Deixo as marcas para trás / Da janela enxergo o cais / E voltei, este é o meu lugar / Todo regresso é o descanso dum caminhar / E aqui, deixo minha confissão: / Nada mais vale que a entrega do coração! / E voltei". Muito obrigada!

**MESTRE DE CERIMÔNIA** (Severina da Silva) — Que lindeza! Emocionante! Obrigada, professora doutora Mariete.

**SENHORA MARIETE FÉLIX ROSA** (professora) — Deixe-me falar de quem são as poesias: de Gonçalves Dias, "Canção do exílio"; de Castro Alves, "Espuma flutuante"; de Emanuel Marinho, "Poesia não compra sapato"; e dos livros do Manoel de Barros, "Cantigas para um passarinho à toa", poeminhas pescados numa fala de "João e o fazedor do amanhecer". As músicas são: "Meu ofício de cantor", do Miguel Angel; "Motivo", que é uma poesia da Cecília Meireles e que o Fagner musicalizou na íntegra, por isso peguei a poesia; "Um violeiro toca", do Almir e do Renato Teixeira; "Sonhos Guarani", do Paulo Simões e do Almir Sater; "Comitiva Esperança", do Almir Sater e Paulo Simões; "Paiaguás", do Guilherme Rondon e Paulo Simões; "Kikiô", do Geraldo Espíndola; "Rio Paraguai", do Geraldo Roca; "Cunhataiporã", do Geraldo Espíndola; "Pelo rádio", do Celito e Geraldo Espíndola; "Lar", de uma menina muito jovem, sul-mato-grossense, que vive na Áustria, a Thamires Thannous. Muito obrigada.

**DEPUTADO PROFESSOR RINALDO** - Podemos (presidente da Comissão Permanente de Educação, Cultura e Desporto) — Parabéns, professora doutora Mariete Félix Rosa, pela sua apresentação. Gostaria de cumprimentar a minha colega Gleice Jane, vice-presidente da Comissão Permanente de Educação, Cultura e Desporto; a professora Celi Corrêa Neres, presidente do Conselho Estadual de Educação; a professora Deumeires Morais, presidente da Fetems; o superintendente de Modalidades e Programas Educacionais, representando a SED, Davi Oliveira dos Santos; o professor Onivan, presidente do Fórum Estadual de Educação; o deputado Pedro Kemp, segundo-secretário desta Casa; e todos que fazem parte deste plenário especial, todos os representantes de escolas públicas e privadas, das universidades, os alunos, o corpo discente, todos que vieram de várias partes do nosso estado. É uma alegria recebê-los! Será uma reunião um pouco enxuta; geralmente, quando fazemos uma audiência pública, não cabem todos neste

plenário. A nossa estratégia, combinada com o fórum estadual e com o conselho estadual, é termos representatividade de todo o setor, tão importante, da educação. Sei que todas as audiências públicas realizadas neste ano foram importantes e têm relevância, mas, a esta, atribuo como a prioridade de todas as prioridades, porque estamos definindo os próximos dez anos da educação em nosso estado. Mais do que nunca, é preciso que tenhamos as pessoas, os atores principais e, hoje, ficamos felizes por termos a representatividade de toda a educação, a sociedade civil está participando conosco. Sobre a dinâmica dos trabalhos, neste primeiro momento, abriremos a palavra aos componentes da mesa para uma breve saudação de três minutos e, na sequência, teremos a apresentação do tema pela palestrante professora doutora Lueli Nogueira Duarte e Silva, que nos honra com sua presença e, após a apresentação do tema, haverá a manifestação dos componentes do plenário especial e da plenária, por meio de perguntas e sugestões, que serão feitas, via inscrição, nas fichas que estão sendo distribuídas pelo Cerimonial. Quero dizer da alegria, como presidente da comissão, juntamente com a minha colega Gleice Jane, com os demais membros da comissão e os que são titulares... De todas as metas que estamos discutindo, para mim, a meta mais importante é permitir que haja acessibilidade para toda criança e jovens às salas de aulas com equidade. Essa meta é, na minha visão, o maior desafio. Sabemos das dificuldades que temos nesse quesito. Além de discutir a questão da infraestrutura, da valorização do professor, que vive um momento tão exaustivo devido à demanda tão grande que vem da nossa sociedade, a questão da evasão escolar é preocupante. É preciso garantir a permanência desse aluno com equidade e fico feliz de ver pessoas que representam muito bem o setor da educação. Passo a palavra para minha colega Gleice Jane, para sua saudação, e vamos ser bastante enxutos, porque queremos ouvir a palestrante e, depois, a participação de todos vocês. Com a palavra, a deputada Gleice Jane.

**DEPUTADA GLEICE JANE - PT** (vice-presidente da Comissão Permanente de Educação, Cultura e Desporto) — Obrigada, deputado Professor Rinaldo. Boa tarde a todas as pessoas presentes, cumprimento a mesa e todo o público presente. Vou fazer um cumprimento rápido, porque quero usar meus três minutos com algumas questões. Acho que esta audiência pública é fundamental, porque vamos pensar os próximos passos da educação e temos grandes desafios neste momento. Tenho visitado escolas, conversado com a população, com a comunidade, visitado as periferias, participado de reuniões de bairros, porque temos que pensar na educação sob todas as perspectivas da sociedade. Sobre alguns temas que têm sido trazidos à tona, gostaria de mencionar alguns deles, que são os desafios para o próximo período: o resgate da autonomia da escola, da criatividade dos professores e do combate à burocratização da educação, que tem sido uma reclamação constante nas escolas. A burocracia tem nos impedido de pensar, de refletir, de fazer o pedagógico de forma mais livre. Há a questão da inclusão linguística e cultural dos povos indígenas e dos migrantes, nosso estado teve início com um processo de transformação com a chegada de uma população migrante e precisamos compreender — linguística e culturalmente — essas diferenças não só para respeitar, mas também para incluir e para nos aproveitarmos dessa inclusão como forma de transformação. Temos uma grande

oportunidade de ter um estado multilingüístico, mas, para isso, é preciso uma política linguística dentro do processo educacional, um concurso especializado para professores indígenas nas escolas indígenas e concurso para professores da educação especial. Nos municípios onde houve concurso, tanto da educação indígena quanto da educação especial, percebemos um avanço no processo educacional, um avanço no fazer pedagógico, porque os professores concursados se sentem com muito mais autonomia e liberdade para pensar, para debater e para dizer o que precisa avançar. Então, é urgente que se faça concurso em todas essas áreas, é preciso que consigamos colocar novamente a educação no contexto de prioridade da sociedade. Temos recebido ataques, ocorre um processo de violência contra a educação, contra educadores, que têm sido preocupantes. Visito as escolas, tenho conversado com os professores e escuto muito a palavra medo: "A gente tem medo". Então, precisamos retomar a educação como processo central do debate, para combatermos o medo e para voltarmos a avançar. Que a educação seja, mais uma vez, um processo importante de transformação da sociedade. Algo que tenho debatido muito, inclusive hoje, fizemos uso da tribuna para debater, que é a retomada das escolas que atendam do primeiro até o nono ano. Que a criança possa ter uma escola em que ela permaneça desde a sua chegada, passe pelo processo da pré-adolescência e da adolescência em um lugar que a conheça, que possa acompanhar esse processo. Assim, vamos conseguir cumprir o ECA, que diz que a criança tem que estar na escola junto com seus irmãos e que a família tem que acompanhar o processo educacional, mas com a escola fragmentada, uma mãe tem que levar uma criança ao Ceinf; depois; a uma escola de primeiro ano e, depois, a uma escola de sexto ano. Essa mãe não consegue acompanhar a educação de três escolas, de três lugares diferentes; é preciso que retomemos a escola como espaço fundamental da criança e da família e, para isso, devemos retomar as escolas do primeiro ao nono ano, pelo menos isso. Quando eu estudei do primeiro até o terceiro ano, fiz amizades que tenho até hoje, lá na educação infantil, lá no terceiro ano que, depois, ficaram comigo durante todo o ensino fundamental, ensino médio e até na universidade. Construímos relações sólidas quando temos uma escola que permite isso, mas, a fragmentação da escola hoje tem sido algo preocupante. É preciso fortalecer a educação infantil, o ensino médio e precisamos garantir a educação pública gratuita de qualidade, estatal e laica. É preciso lutar para que todos esses elementos estejam presentes dentro do plano de educação, mas, acima de tudo, precisamos humanizar o processo educacional. É preciso ter mais poesia, mais leituras, mais bibliotecas; precisamos valorizar mais o livro e, nesse sentido, temos uma lei que foi aprovada, em que comemoramos, na última semana do mês de outubro, o Dia do Livro, da Leitura e da Biblioteca. Esperamos, com isso, conseguir estimular a humanização do processo educacional por meio da leitura. Espero que esta audiência seja uma audiência importante e que consigamos trazer elementos importantes para o processo educacional do Estado de Mato Grosso do Sul e que avancemos. Obrigada.

**DEPUTADO PROFESSOR RINALDO** - Podemos (presidente da Comissão Permanente de Educação, Cultura e Desporto) — Obrigado, deputada Gleice. Passo a palavra para a professora Celi Corrêa Neres, presidente do Conselho Estadual de Educação.

**SENHORA CELI CORRÊA NERES** — (presidente Conselho Estadual de Educação) — Boa tarde. Quero fazer uma fala de agradecimento a todas as pessoas presentes. Nós, educadores, sabemos que o final do ano letivo — e já estamos caminhando para ele — é um desafio, há tantos eventos e compromissos, em todas as instâncias, não só nas escolas, nos diversos espaços de gestão em que trabalhamos com educação. No Conselho Estadual de Educação não é diferente e estamos com uma agenda intensa de processos. Cumprimento os conselheiros do Conselho Estadual de Educação, em nome da professora e conselheira Mary Nilce, presidente da Câmara de Educação Básica; a Alelis, minha companheira da União Nacional dos Conselhos Municipais de Educação (Uncme), com quem estamos dialogando nesse processo de elaboração do Plano Estadual de Educação, junto com a União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime), e cumprimento toda a comissão, todos os parceiros que fazem parte da comissão colegiada ampliada, sob a coordenação da Secretaria de Estado de Educação. Quero cumprimentar os professores Davi e Maria José, a Deumeires, a professora Gleice Jane, porque, primeiro, ela é professora. Cumprimento e agradeço ao deputado Professor Rinaldo, porque — quando fomos procurar esta Casa, por meio da Comissão Permanente de Educação, Cultura e Desporto, para fazer este diálogo, hoje — o deputado, de pronto, aderiu ao nosso chamado. Da mesma forma, o companheiro Onivan, que tem trabalhado conosco diuturnamente na condução desses trabalhos de elaboração do Plano Estadual de Educação, junto com o professor Davi, que também faz parte da coordenação estadual e tem nos ajudado muito enquanto sistema. Desejo um excelente debate para a tarde de hoje, e tenho certeza de que, a cada momento que nós sentamos para a discussão do nosso Plano Estadual de Educação, mais perto estamos de ter um trabalho ecoado, com participação de diversos setores da sociedade civil. Para nós, isto é o mais importante: privilegiar o debate coletivo, para termos um plano que atenda ao avanço da educação no estado, sempre pensando na qualidade e na equidade, que tanto almejamos para as nossas crianças nas escolas, apontada com muita veemência pela deputada Gleice Jane. Muito obrigada.

**DEPUTADO PROFESSOR RINALDO** - Podemos (presidente da Comissão de Educação, Cultura e Desporto) — Obrigado, professora Celi. E gostaria já de passar a palavra à professora Deumeires, presidente da Federação de Educação de Mato Grosso do Sul (Fetems).

**SENHORA DEUMEIRES MORAIS** (presidente da Fetems) — Boa tarde a todas as pessoas que estão presentes. Quero cumprimentar a mesa, em nome do deputado Professor Rinaldo, o proponente, e da professora Gleice Jane, nossa deputada. Cumprimento o Davi, representante a SED, a Celi, pelo Conselho Estadual de Educação, e o Onivan, que, além de ser o coordenador do fórum, é também o vice-presidente da Fetems. E, ao cumprimentá-los, já quero parabenizar o Onivan e a Celi pela condução desse processo de construção dos estudos para a formação do nosso Plano Estadual de Educação. Quero pedir licença para cumprimentá-las e cumprimentá-los, em nome das nossas "presidentas" que vieram do interior: a Suzana, de Itaporã; a Dani Curti, de São

Gabriel do Oeste; a Luzenir, que veio bem de longe, de Pedro Gomes; e as minhas companheiras de direção, professora Sueli, professora Yara, porque todos estão bastante imbuídos nesse debate da construção e, depois, terão que trabalhar com os planos municipais de educação. O nosso papel é fundamental nesse debate, nessa construção, pois serão dez anos que serão regimentados pelo Plano Estadual de Educação, no qual temos que trabalhar, principalmente, as propostas que visam garantir a valorização profissional. Eu, enquanto "presidenta" da Fetems, não posso deixar de conversar sobre isso, pois, se não conseguirmos garantir nessa lei a valorização que garanta a carreira, o salário, a jornada, o concurso público para esses profissionais da educação, dificilmente teremos uma educação pública de qualidade em nosso estado. Não podemos deixar de dizer que é fundamental que garantam uma escola gratuita, laica, democrática, plural, e que também possa trazer os meios para o acesso e permanência dos alunos nessa nossa escola. Então, a nossa missão é bastante importante, e todos têm que estar empenhados para que Mato Grosso do Sul possa ter o melhor plano estadual deste país e que tenhamos uma educação pública que queremos, para a formação da sociedade que nós tanto sonhamos. Um grande abraço, que seja uma tarde bastante produtiva. Muito obrigada!

**DEPUTADO PROFESSOR RINALDO** - Podemos (presidente da Comissão Permanente de Educação, Cultura e Desporto) — Obrigado, professora Deumeires. Passo a palavra ao professor Davi, que está representando a SED.

**SENHOR DAVI DE OLIVEIRA SANTOS** (superintendente de Modalidades e Programas Educacionais da SED) — Boa tarde a todos! Deputado Professor Rinaldo, em seu nome, quero cumprimentar todos os que compõem a mesa diretiva deste dispositivo. Estou representando o secretário de Estado de Educação, professor Hélio Daher, que, em virtude de uma viagem a Brasília, está em compromisso junto ao Ministério da Educação, que o impediu de estar conosco. A SED, na pessoa do nosso secretário, está muito presente e atuante, acompanhando e contribuindo para todas as ações da Comissão de Elaboração do Plano Estadual de Educação, dando todo subsídio, inclusive, para este evento desta tarde. Bom, temos só três minutinhos de apresentação. Gostaria que nesses próximos "trinta minutos", eu possa sintetizar a minha fala... É brincadeirinha. Este é um momento muito rico, muito importante e dá vontade de estender alguns minutos, algumas horas a mais de fala. Falar da educação enquanto política pública, é algo de extrema relevância para toda a estrutura social e cultural de um povo. Estamos falando de um Plano Estadual de Educação, mas, os planos de educação se constituem de forma muito mais ampla, a começar por um Plano Nacional de Educação. A partir dele, temos a estruturação dos planos estaduais e, por conseguinte, dos planos municipais. Isso é extremamente importante, porque se nascesse um plano apenas na esfera nacional, muitos poderiam dizer: "Por que cumprir esse plano se eu nem participei, se nem me alcança, se nem retrata o meu contexto e a minha realidade?" Então, ter desdobramento do Plano Nacional de Educação em planos estaduais e em planos municipais é a melhor organização estratégica para que todos os contextos, todas as realidades, todas as situações possam estar retratadas dentro do plano educacional. E o que é o plano? É reunir os esforços de todos

os agentes, e quando eu coloco todos os agentes, são todas as pessoas ativas no processo de formação de desenvolvimento da pessoa humana para que essa ação ocorra com eficiência e com qualidade. Então, é muito além de falar de currículo, muito embora, hoje em dia, o termo justiça curricular esteja muito presente nos debates educacionais, por que não falar de algo mais abrangente, falar de uma justiça educacional. E o Plano Estadual de Educação, à luz do Plano Nacional de Educação e fortalecendo os planos municipais, tem essa missão de promover uma justiça educacional, o que constou na fala do deputado Rinaldo, uma palavra muito importante: equidade, que é atender a todos, levando uma educação com qualidade a todos. Isso é extremamente importante e somente um plano elaborado nos moldes da forma como o plano educacional é elaborado é capaz de dar condições a isso. Porque são os diferentes atores envolvidos, participando, apresentando os contextos, apresentando as necessidades, todas as vozes precisam ter espaço de fala, espaço de serem pronunciadas, para que, a partir dessa multiplicidade de contextos, a gente consiga chegar a um projeto forte e capaz de promover esse desenvolvimento da população, esse desenvolvimento da pessoa humana. É importante destacar que esse plano não é uma política de Governo; não é o Governo Federal, não é o Governo Estadual e nem os governos municipais que são detentores desta política. É uma política de Estado, é uma política que envolve toda a sociedade. Todos temos responsabilidades neste plano. O Executivo, em sua competência, tem a sua responsabilidade; o Legislativo, na sua competência, também tem, assim como o Judiciário. Todos os Poderes, todos os agentes públicos, os agentes privados, as instituições, a população em geral, têm a sua responsabilidade neste plano, que é a maior condição de garantia desse desenvolvimento e desse fortalecimento da educação para nossa população. O Governo do Estado, por meio da SED, tem participado de todo esse processo, disponibilizando espaço e estruturas. Realizamos, recentemente, uma ação, um "podcast" em vídeo, um "videocast", que tem a tecnologias mais adequadas, é mais jovial. Já passei um pouco dessa fase das terminologias, mas, foi um trabalho muito rico em que houve um debate da Comissão da Coordenação-Geral de Elaboração do Plano, trazendo os elementos para enriquecer a compreensão e fazendo o chamamento da população para participar deste momento extremamente importante para a população, para o Estado de Mato Grosso do Sul. Encerro a minha fala agradecendo imensamente a oportunidade de participar deste debate e me coloco à disposição, juntamente com toda a Secretaria de Estado de Educação, para que alcancemos o êxito desta ação, deste plano. Obrigado.

**DEPUTADO PROFESSOR RINALDO** - Podemos (presidente da Comissão de Educação, Cultura e Desporto) — Obrigado, Professor Davi. Na sequência, já gostaria de passar a palavra para o coordenador do fórum e vice-presidente da Fetems, professor Onivan.

**SENHOR ONIVAN DE LIMA CORRÊA** (coordenador do Fórum Estadual de Educação de Mato Grosso do Sul) — Boa tarde a todos. Dividimos o tempo, porque é pouco tempo, até para que vocês possam participar. Coube a mim, falar um pouquinho sobre a questão do processo de elaboração do plano em Mato Grosso do Sul. Sou Onivan,

coordenador do fórum, estou na coordenação juntamente com a professora Mariuza, mas, é importante frisar que temos um grupo desta comissão: a Secretaria de Estado de Educação; o Conselho Estadual de Educação; o Fórum Estadual de Educação; o Sinepe; a Assembleia Legislativa; a Undime; a Uncme, o Crie e outras entidades que fazem parte dentro desse composto, por exemplo, do fórum. Então, temos o Fórum da Educação de Jovens e Adultos, o Fórum da Educação Indígena, o Fórum da Educação do Campo, a campanha Em Defesa da Educação, a Aduems, a Adufms, a Fetems, as universidades, as entidades, o Instituto Federal de Mato Grosso do Sul e o Sistema S também participa conosco. Também queremos, neste momento, parabenizar e agradecer a presença da doutora Patrícia, que está representando o Tribunal de Contas do Estado, que, dentre as entidades que o Davi traz, tem a responsabilidade de fazer o trabalho, não só de participar deste processo de elaboração, mas também — depois, ela vai ter o processo da fala, acredito que vai frisar sobre isso — de acompanhar, de fazer o monitoramento e acompanhamento de como que o plano, de fato, está acontecendo nos municípios e no estado. Queremos agradecer aos coordenadores dos Grupos de Trabalhos (GTs), que estão aqui, que participaram de todo esse processo, estão participando, alguns desde dezembro do ano passado, outros adentraram após a publicação dessa comissão, que foi no dia 21 de março. Tivemos a resolução publicada pelo Governo do Estado e começamos todo um trabalho de participação. Realizamos um seminário no mês de julho, desculpe, que foi o momento da gente fazer discussão sobre o diagnóstico e, no mês de outubro, realizamos um seminário, na verdade, uma oficina para discutir metas, objetivos e as estratégias do Plano Estadual de Educação de Mato Grosso do Sul. No primeiro, tivemos uma participação de, aproximadamente, cento e vinte pessoas e no segundo evento, houve mais de duzentas e sessenta pessoas inscritas, mas, devido à questão, principalmente, financeira, o Estado não conseguiu garantir a participação, por meio de diárias, tivemos uma baixa, em torno de duzentas e vinte pessoas participando nos dia 2 e 3 de outubro. Foi importantíssima essa participação e esse envolvimento, em que participaram representantes de quarenta e seis municípios do Estado de Mato Grosso do Sul. Estiveram presentes o Tribunal de Contas e várias outras entidades fazendo esse momento de discutir metas, objetivos e também as estratégias de Mato Grosso do Sul. Com isso, estamos neste momento da audiência pública, que a professora Sueli já falou como que nasceu. Fizemos uma visita à Assembleia, conversamos com a Comissão Permanente de Educação e convidamos os deputados da comissão para participar. E foi falado: "Olha, é interessante fazer uma audiência". E, de imediato, o deputado já topou a proposta e já saímos com a data da audiência pública. É importante frisar isso e quero agradecer ao deputado Professor Rinaldo, à deputada Gleice Jane, que desde o começo participou também ativamente, e aos demais deputados que têm enviado os seus assessores para participar conosco no debate. Como o tempo é curto, vou ler um trecho de Paulo Freire: "Escolhi a sombra desta árvore para repousar do muito que farei, enquanto esperarei por ti. Quem espera na pura espera vive um tempo de espera vã. Por isto, enquanto te espero trabalharei os campos e conversarei com os homens. Suarei meu corpo, que o sol queimaré; minhas mãos ficarão calejadas; meus pés aprenderão o mistério dos caminhos; meus ouvidos ouvirão mais, meus olhos verão o que antes não viam, enquanto esperarei por ti. Não te esperarei

na pura espera porque o meu tempo de espera é um tempo de quefazer. Desconfiarei daqueles que virão dizer-me, em voz baixa e precavidos: É perigoso agir. É perigoso falar. É perigoso andar. É perigoso, esperar, na forma em que esperas, porque esses recusam a alegria de tua chegada. Desconfiarei também daqueles que virão dizer-me, com palavras fáceis, que já chegaste, porque esses, ao anunciar-te ingenuamente, antes te denunciam. Estarei preparando a tua chegada como o jardineiro prepara o jardim para a rosa que se abrirá na primavera". Esse texto está na obra póstuma de Paulo Freire, "Pedagogia da Indignação: Cartas Pedagógicas e Outros Textos", publicado em 2000. É um momento para registro, para dizer que estamos aqui, neste momento, escrevendo as nossas cartas. E que nessa carta, que é o nosso plano, possamos expressar aquilo que acreditamos do "esperançar" de Paulo Freire, mas também das nossas crianças, dos nossos adolescentes, da educação do campo, da educação indígena, da educação quilombola, da educação especial, do ensino da educação infantil ao ensino superior, mas não esqueçamos da valorização dos trabalhadores e das trabalhadoras em educação, para que possamos garantir, de fato, não só aquilo que o deputado coloca do acesso, a permanência, e a questão da educação da qualidade social para todas, todos e "todes". Que possamos realizar uma audiência com grande participação, que possamos apresentar esse documento à Assembleia e à sociedade de Mato Grosso do Sul. Quero agradecer imensamente à professora Lueli, que aceitou o desafio em nome do Fórum Nacional de Educação, porque, além do fórum nacional, ela também é coordenadora do Fórum Estadual de Educação de Goiás. Que possamos fazer uma brilhante audiência com a participação de todos vocês, com a participação massiva, e que possamos levar adiante essa voz, para que todos no Estado de Mato Grosso do Sul possam conhecer as nossas propostas. É isso. Um forte abraço a todos vocês.

**DEPUTADO PROFESSOR RINALDO** - Podemos (presidente da Comissão Permanente de Educação, Cultura e Desporto) — Obrigado, professor Onivan. A professora doutora Lueli Nogueira Duarte e Silva possui graduação em Psicologia e doutorado em Educação. É professora Associada nível IV da Universidade Federal de Goiás (UFG), tem experiência na área de educação, com ênfase em escola, conhecimento do processo ensino-aprendizagem, atuando principalmente nos seguintes temas: Psicologia e Educação, Formação de Professores, Gestão Democrática e Avaliação e Qualidade da Educação. Desenvolveu estudos sobre as Parcerias Público-Privadas na educação e, recentemente, sobre Gestão e Avaliação da Educação do Estado de Goiás. Desde 2018, é diretora da Faculdade de Educação da UFG. É presidente do Fórum Nacional de Diretores de Faculdades/Centros/Departamentos de Educação ou Equivalentes das Universidades Públicas Brasileiras (Forumdir). É presidente do Fórum Estadual de Educação de Goiás, membro titular do Conselho Estadual de Educação de Goiás e membro titular do Fórum Nacional de Educação. Com a palavra, a professora Lueli Duarte.

**SENHORA LUELI NOGUEIRA DUARTE E SILVA** (presidente do Fórum Estadual de Educação de Goiás) — Boa tarde a todas as pessoas. Cumprimento a mesa diretiva e, em seu nome, deputado Rinaldo Modesto, cumprimento os demais membros. Já

agradeço o convite para estar aqui, em uma temática e discussão tão importantes quanto a participação e acompanhamento social dos planos, eu diria planos decenais, porque envolve plano nacional, plano estadual e planos municipais de educação. É um momento ímpar, extremamente importante e já agradeço, mais uma vez, à Fetems, que me acolheu e me recebeu: estou hospedada na Casa do Trabalhador e da Trabalhadora. É um prazer estar, novamente, neste lugar tão acolhedor, obrigada a todos e todas que me oportunizaram este momento. Pegando a sua fala, Onivan, colega presidente de Fórum Estadual de Educação, enquanto esperamos, não é uma espera, digamos, recreativa e prazerosa no sentido do ficar aguardando. É uma espera que você diz, claramente, seguindo Paulo Freire, que é uma espera de trabalho. Já começo parabenizando o trabalho que você e toda equipe — o grupo que está aqui presente — têm feito em relação ao comitê gestor e os encaminhamentos realizados, pois os grupos de trabalho de vocês estão mais avançados que nós; vocês já caminharam e não estão esperando. Aliás, acho que ninguém está esperando, mas, acho que vocês estão avançando bastante. Parabéns por todo o trabalho já desenvolvido e por esta audiência, que é da maior importância. Agradeço ao deputado, à Comissão Permanente de Educação, Cultura e Desporto desta Casa Legislativa, porque reforça e traz a presença da participação social. Acho que este momento já traduz o que está sendo feito, já possibilita a participação social, que é preciso na elaboração do plano; no acompanhamento dos planos decenais, é fundamental, é essencial a participação e o acompanhamento social. Este é um momento propício para isso, este momento traduz isso que iremos falar. O que vou falar, muitos de vocês já fazem, já sabem e vêm fazendo. Quero trazer alguns elementos que nos ajudam a pensar sobre a importância disso; escolhi dois caminhos, um pouco do ponto de vista legal, trazendo os dispositivos legais, normativos, que nos permitem e têm assegurado a participação e o acompanhamento social; portanto, institucionaliza, formaliza a participação social. Isso é de extrema importância, porque o Parecer Substitutivo do PL nº 2.614, do Novo Plano Nacional, está indo agora ao Congresso... Temos que garantir e assegurar que direitos, como esse de participação e acompanhamento social, permaneçam nesse novo parecer que, provavelmente, ainda sofrerá mudanças, pois está aberto a novas emendas e ainda vai sofrer, provavelmente, algumas interferências e contribuições tanto no Congresso quanto no Senado. Vou pedir para vocês me ajudarem, passando... Ah, obrigada, acho que fica mais fácil eu ficar olhando por aqui mesmo. Temos essas questões, como eu disse, um panorama legal. É claro que não podemos esquecer que a regulamentação da questão social. Quem traz isso à tona depois de anos de uma ditadura, que retoma a questão da importância do coletivo, da participação da comunidade, da sociedade, nas questões atinentes à educação, em especial e em particular à educação pública, é a nossa Constituição, que fez trinta anos. Neste eslaide, temos os artigos que vão fundamentar a questão tanto do plano nacional, que garante a elaboração do plano nacional, como também a importância da participação social. Não vou ler porque muitos de vocês já conhecem, mas é importante que saibamos de onde estamos falando e o que, de fato, formal e institucionalmente nos assegura. Temos esses artigos da Constituição, que vão trazer a importância do sistema nacional; a lei foi aprovada, está aguardando a sanção do presidente Lula para que, de fato, tenhamos... Não é o sistema nacional do qual

gostaríamos, que estava sendo previsto, que estava sendo proposto no documento final da Conae, mas, diante do que temos, é um avanço. Em particular, foi uma conquista que tivemos no Senado e no Congresso, porque o papel dado aos fóruns no sistema tinha sido retirado, não tinham atribuído a importância aos fóruns, mas isso é retomado no parecer final do Senado e esperamos que isso permaneça nessa sanção. É um avanço, de fato, a questão da participação social, porque os fóruns e os conselhos traduzem exatamente essa participação social junto ao Executivo, que são garantias para participação da sociedade nessas discussões. Temos a importância do Sistema Nacional de Educação, que precisa de algumas tratativas ainda para melhor compreensão daquelas comissões e de regulamentação clara e mais objetiva do regime de cooperação que está sendo posto ali. Como isso vai, de fato, funcionar? A LDB é outra lei que vai assegurar e formalizar, mais uma vez, a participação social, trazendo a importância disso, não só do ponto de vista do Plano Nacional de Educação, mas também da participação social e também do regime de cooperação. É importante trazermos essa ideia de regime de cooperação, porque, para elaboração dos planos decenais, é preciso que isso esteja articulado. Os planos decenais, os planos estaduais e municipais, precisam atender às especificidades, às demandas, às particularidades de cada município deste país, mas, evidentemente, em consonância, em diálogo com o Plano Nacional de Educação, ou seja, ele não pode ser alguma outra coisa, ele tem especificidades. Por exemplo, eu falei mais cedo com o Onivan que o nosso plano estadual tem vinte e uma metas, enquanto o plano nacional em vigor tem vinte metas. O que há de diferente? Já havíamos acrescentado, na época, a questão dos indígenas, a educação indígena, dos quilombolas, a educação do campo. Já tínhamos avançado nisso naquele momento; agora, neste plano, a proposta inclui isso como uma meta específica. Então, quanto às especificidades, não há problema que elas apareçam, que elas sejam contempladas, mas, de modo geral, é preciso haver um diálogo, uma sintonia com Plano Nacional de Educação. É isso que vai sendo posto e é importante que tenhamos isso no horizonte. Temos o projeto de lei, que é do plano atual, que está ainda em vigor, pelo menos até o final deste ano e esperamos... Não sei se vai ser possível a aprovação do novo projeto de lei do plano nacional. Há um movimento que indica para isso, nessa direção, mas, seja como for, esse PL que estava posto, que foi lançado, foi divulgado, foi encaminhado ao Congresso em junho do ano passado, quando deveria, na verdade, já ser aprovado... Dizemos que o governo anterior deveria ter feito isso um ano antes, ou seja, em 2022 ele deveria ter encaminhado ao Congresso. Conforme a lei, um ano antes é preciso que seja encaminhado ao Congresso Nacional a nova proposta, o novo PL do Plano Nacional de Educação, mas o governo anterior não fez e eu tenho aqui... Ainda bem que não o fez, porque nos permitiu fazer isso em um governo democrático e popular, em atividades como essas audiências públicas, conferências nacionais, conferências estaduais e municipais de educação; deu-nos essa oportunidade para que façamos o que estamos fazendo. Já temos o substitutivo desse projeto de lei, que vocês estão acompanhando também; foi divulgado na semana passada em uma audiência. Houve ampla divulgação midiática sobre a apresentação do substitutivo, que incorporou algumas das emendas propostas. Nós, enquanto fórum nacional e entidades parceiras, elaboramos um Caderno de Ementas e nos sentimos contemplados em parte delas. A meta que passou a incluir o desenvolvimento

socioambiental sustentável tornou-se a Meta 18, que trata da gestão democrática e acrescenta o controle social. Essa foi uma sugestão nossa, pois entendemos que, além da gestão democrática, do acompanhamento e da participação, o controle social dos planos decenais é igualmente essencial. Registramos essa proposta em nosso Caderno de Ementas, com o objetivo de assegurar que os agentes fiscalizadores possam e devam acompanhar o alcance das metas e a implementação das estratégias de ação correspondentes. Destaco também que o projeto de lei encaminhado mantém, em linhas gerais, as disposições do texto anterior, especialmente no que se refere ao plano decenal, uma importante conquista de dez anos. O texto retoma a realização das conferências, reforçando as formas de participação da sociedade, aspecto fundamental do processo democrático. Embora possamos chamá-lo de “detalhe”, trata-se de um ponto essencial: a efetiva participação social. O substitutivo deixa isso claro ao prever, em seus artigos, mecanismos que fortalecem os planos decenais e a colaboração dos municípios. O cronograma apresentado durante o lançamento do substitutivo, na semana passada, já define prazos de execução: um ano para a elaboração dos planos estaduais; aprovação desses planos em 2026; e aprovação dos planos municipais em 2027. Trata-se, portanto, de um plano de ação com etapas bem definidas, o que exige que todos trabalhem de forma proativa, não podemos apenas aguardar o andamento dos processos. Atualmente, o Fórum Nacional de Educação está reunido para analisar o conteúdo desse substitutivo. O fórum é composto por sessenta e quatro entidades, incluindo representantes do Poder Executivo, da sociedade civil, de movimentos sociais, associações, conselhos e fóruns diversos, sendo predominantemente representativo da sociedade civil. Nos próximos dias, será divulgado um documento oficial com a análise dessas entidades sobre o substitutivo, destacando os principais pontos relativos à temática abordada nesta audiência pública. Por fim, observa-se que o texto mantém a estrutura referente à elaboração e duração dos planos. O parágrafo 1º do artigo 6º reforça a importância da elaboração dos planos de educação dos estados, do Distrito Federal e dos municípios com ampla participação da sociedade civil, inclusive por meios virtuais, considerando as conferências de educação. Dessa forma, o substitutivo reafirma a necessidade e relevância da participação social no processo educativo e de planejamento das políticas públicas de ensino. As conferências e audiências, como esta que realizamos, representam de forma concreta a participação social no processo educacional. O artigo 9º do substitutivo garante, no mínimo, duas conferências nacionais ao longo da vigência do plano, dispositivo que já consta no atual plano em vigor. Entretanto, há um ponto essencial que precisa avançar: o financiamento. Não é possível assegurar educação pública de qualidade e valorização dos profissionais da educação sem recursos adequados, orçamento e financiamento consistentes. Essa é uma das principais discussões em curso, amplamente noticiada pela mídia, e que precisa ser fortalecida no texto do substitutivo. A meta anterior previa o investimento intermediário de 7,5% do PIB, tendo como objetivo final 10%. Contudo, essa previsão foi retirada. Não voltando para 5% já está bom. É imprescindível que se garanta financiamento específico também para a realização das conferências, sejam elas nacionais, estaduais ou municipais. O Ministério da Educação (MEC), a União, os estados e os municípios devem se responsabilizar conjuntamente, prevendo dotação orçamentária para viabilizar esses eventos, à semelhança do que ocorreu

nas conferências anteriores, com apoio financeiro do MEC às etapas estaduais. O substitutivo prevê a realização de duas conferências ao longo dos próximos dez anos, com intervalo de quatro anos entre elas. Além disso, introduz a governança como um novo instrumento de gestão, estabelecendo mecanismos de monitoramento e avaliação. Essa estrutura de governança espelha o modelo já conhecido, igual à composição da mesa desta audiência, composto por representantes da Secretaria de Educação, do fórum, do conselho, de sindicatos e da comissão de educação, entre outros. Trata-se de um sistema articulado, semelhante à forma como temos atuado, e que precisa ser garantido formalmente no texto. É importante destacar o papel dos fóruns de educação, que, no contexto atual, configuram-se como o elo mais frágil dessa estrutura. Enquanto os conselhos contam com maior apoio e participação, os fóruns carecem de fortalecimento institucional. É necessário um esforço conjunto para a criação, implementação e funcionamento efetivo dos fóruns municipais de educação em todo o país, assegurando-lhes condições adequadas de operação e apoio técnico e financeiro. Defendemos que o Fórum Nacional de Educação não apenas acompanhe, mas também monitore, avalie e participe ativamente da elaboração dos planos e documentos correspondentes. A contribuição dos fóruns estaduais e municipais, em seus respectivos territórios, é fundamental nesse processo, pois garante que as políticas sejam construídas de forma participativa e representativa. O substitutivo reafirma duas metas que tratam da gestão democrática e do controle social, agora consolidadas na Meta 18. A gestão democrática já contempla a participação social, e o controle social amplia esse conceito, conferindo-lhe caráter mais efetivo. Destaquei a alínea c da Meta 18: é fundamental que o texto vá além do simples incentivo e estabeleça o fomento e a garantia da existência de fóruns permanentes de educação em todos os entes federativos. Esses fóruns constituem o espaço privilegiado de diálogo e participação da sociedade civil, e, portanto, devem ser assegurados como instâncias permanentes de debate, acompanhamento e avaliação das políticas públicas de educação. Esses espaços são compostos, em sua maioria, por entidades, associações, sindicatos e demais grupos representativos da sociedade civil. Portanto, é necessário ir além do simples incentivo. Da mesma forma, é fundamental assegurar o devido financiamento e as condições adequadas de funcionamento. A estratégia apresentada no substitutivo ficou excelente, pois amplia a visão sobre a participação social. No entanto, a redação deve ser fortalecida: incentivar não é o mesmo que assegurar. É imprescindível que o texto determine a efetiva implementação dessas medidas, e não apenas sua promoção. O objetivo é demonstrar, a partir desse arranjo legal e institucional, que a gestão democrática é o alicerce da participação social. Falar em gestão democrática vai muito além do provimento de cargos de direção escolar ou da eleição de reitores e reitoras nas instituições. Significa, sobretudo, construir e consolidar espaços de participação, tanto intraescolares quanto extraescolares. No âmbito intraescolar, a gestão democrática abrange a constituição de conselhos escolares, que garantem a participação efetiva da comunidade educacional nas decisões e no acompanhamento das ações da escola. Inclui também os grêmios estudantis, cuja ausência ainda é notável, apesar de constarem como estratégia. Esse ponto deveria ser elevado à categoria de meta, já que a criação e o fortalecimento dos grêmios estudantis permanecem desafios não superados. Sua presença é essencial para assegurar a participação dos

estudantes nas discussões pedagógicas, na definição do Projeto Político-Pedagógico e no cotidiano escolar. Além disso, as associações de pais, mães e responsáveis são igualmente importantes nesse processo, compondo a base da gestão democrática nas escolas. Já no âmbito extraescolar, a gestão democrática envolve os fóruns e conselhos de diversas áreas, como o Fundeb, de alimentação escolar e outros conselhos temáticos ligados à educação. Esses colegiados são instâncias essenciais de deliberação, monitoramento e acompanhamento das políticas públicas educacionais. Também integram essa estrutura os órgãos de controle e fiscalização, como o Ministério Público, a Advocacia-Geral da União (AGU), o Tribunal de Contas e outros entes de controle social. Todos exercem papel relevante na promoção da transparência e da responsabilidade pública. Mas quais são os impactos concretos dessa participação social e desse acompanhamento da sociedade civil? Qual é, de fato, sua importância na elaboração e execução dos planos decenais de educação? A resposta está na representatividade. A gestão democrática, conforme delineada, garante que as demandas, necessidades e pautas locais sejam ouvidas e consideradas nos processos de formulação, execução e avaliação das políticas educacionais. Quando fóruns, conselhos e organizações sociais discutem coletivamente as questões da educação, as especificidades de cada território são levadas aos espaços decisórios, contribuindo para planos mais justos, participativos e aderentes à realidade local. Para assegurar essa representatividade, é fundamental garantir a presença de uma ampla diversidade de atores nesses espaços: professores, estudantes, pais, mães, responsáveis, movimentos sociais, entidades científicas e de ensino, associações, sindicatos, fóruns, conselhos, além, é claro, de representantes do Poder Executivo e de outras instâncias públicas. Todos esses grupos são essenciais e bem-vindos no debate sobre os rumos da educação pública no país, contribuindo para a construção de um sistema educacional verdadeiramente participativo, plural e democrático. É disto que precisamos: pessoas engajadas, dispostas a colaborar ativamente, arregaçar as mangas, debater e propor um plano educacional condizente com a realidade de cada município e do nosso estado. Esse é o verdadeiro sentido do processo democrático. Os planos municipais de educação, ainda que respeitem as especificidades e particularidades de cada território, devem manter coerência e diálogo com o Plano Nacional de Educação (PNE). Caso contrário, o monitoramento e a avaliação — realizados pelo Inep, órgão responsável pelos indicadores de cada meta — tornam-se inviáveis. Podemos, sim, estabelecer metas qualitativas, mas é importante reconhecer que as metas quantitativas facilitam o acompanhamento e a mensuração dos resultados. Nesse contexto, é essencial ampliar o acompanhamento e o controle social, assegurando o protagonismo dos conselhos e fóruns de educação. Ressalto que isso não representa oposição ao Poder Executivo, mas sim o fortalecimento da participação social. Quando garantimos a presença ativa de fóruns e conselhos — como bem destacou o senhor Onivan —, ampliamos o envolvimento da sociedade civil e, consequentemente, o compromisso coletivo com o cumprimento das metas. O deputado e o senhor Davi também pontuaram a importância da responsabilização de todos os atores. Um plano construído coletivamente é, por natureza, um plano de responsabilidade compartilhada. Diferentemente dos chamados “planos de gaveta”, elaborados de forma restrita pelo Executivo, os planos participativos despertam adesão,

engajamento e corresponsabilidade social. Para que isso ocorra, é necessário que todos os segmentos da sociedade envolvidos — conselhos, fóruns, sindicatos, movimentos sociais e órgãos públicos — participem efetivamente do processo de formulação, monitoramento e avaliação. Esse processo configura, de certo modo, um pacto coletivo em prol da implementação, acompanhamento e alcance das metas estabelecidas. Atualmente, estamos iniciando os trabalhos de elaboração dos novos planos decenais de educação. Como representante do Fórum Nacional de Educação, ressalto a importância de utilizarmos o documento final da Conae como referência orientadora nesse processo. Entretanto, há um desafio que merece atenção especial: a inexistência de fóruns e conselhos municipais em grande parte dos municípios brasileiros. Dos cinco mil, quinhentos e setenta municípios, estima-se que cerca de oitocentos ainda não possuem sistema de educação constituído, ou seja, não contam com conselho nem fórum municipal, o que representa um entrave significativo à efetivação da participação social. Em meu estado, por exemplo, dos duzentos e quarenta e seis municípios, a maioria ainda não possui fóruns municipais de educação, e muitos sequer contam com conselhos. Essa lacuna precisa ser superada. Se estamos tratando da temática da participação social, é imperativo promover um esforço conjunto para garantir que todos os municípios brasileiros tenham conselhos e fóruns de educação constituídos e em funcionamento. A constituição e o fortalecimento desses espaços representam, sem dúvida, um dos maiores desafios neste momento de elaboração e implementação dos planos decenais, pois deles depende o exercício efetivo da gestão democrática e da participação social na educação. Vou acelerar e passar mais rápido. A questão de ordem que levantei refere-se a desafios estruturais — e não apenas de nossa responsabilidade —, mas também da Secretaria de Articulação com os Sistemas de Ensino (Sase) e do próprio MEC, que tem se empenhado por meio das oficinas realizadas junto a nós. Esse esforço do MEC busca justamente enfatizar a importância da constituição dos comitês gestores em cada município, a fim de iniciar os diagnósticos locais. Sabemos que muitos municípios elaboraram seus planos anteriores de forma mecânica — o chamado “copiar e colar” —, sem desenvolver processos efetivos de monitoramento e avaliação. A realidade mostra que a maioria dos planos municipais, e até mesmo os estaduais, não foram devidamente acompanhados. Poucos estados — talvez o nosso, Mato Grosso, o Distrito Federal e alguns outros — conseguiram, nos últimos dez anos, realizar o acompanhamento adequado dos planos estaduais. Isso se deve, em grande parte, ao desmonte da Sase e do Fórum Nacional de Educação nos últimos governos, o que enfraqueceu os mecanismos de gestão democrática e de acompanhamento. Assim, podemos afirmar que, desde 2023, vivemos um processo de retomada da democracia na educação, reconstruindo espaços e práticas que haviam sido desarticulados. Por isso, afirmei que enfrentamos questões de ordem estrutural e questões de ordem teórica. Do ponto de vista teórico, o avanço das metas e estratégias depende do diálogo com documentos de referência. Nesse sentido, destaco o Documento Final da Conae, fruto da ampla participação e representatividade social de todo o país. Esse documento vai além da simples enumeração de metas e estratégias, ele é também conceitual e teórico, trazendo análises aprofundadas sobre cada objetivo. Temos ainda o documento da Conae, além de outros materiais relevantes, como a análise do projeto de lei feita pelo Fórum Nacional de Educação quando o texto foi lançado, no ano

passado. Contamos também com estudos da Fineduc, da Campanha Nacional pelo Direito à Educação, e de diversas entidades que elaboraram recentemente o Caderno de Ementas, encaminhado ao Congresso. A partir desse material, conseguimos algumas incorporações no parecer substitutivo e já estamos elaborando uma segunda rodada de emendas para o novo texto, incluindo pontos que consideramos fundamentais e que não foram contemplados. Esses documentos são essenciais para quem atua nos grupos de trabalho responsáveis pela elaboração e revisão dos planos. Eles ajudam a pensar a educação em escala nacional, orientando conceitualmente e metodologicamente as discussões. Recomenda-se, portanto, que todos tenham acesso a esses materiais. Além disso, dispomos de relatórios do Inep, que são excelentes instrumentos de referência e o próximo deve ser publicado no ano que vem. Existem ainda análises e pareceres sobre o PL e o substitutivo que complementam a compreensão do processo. Por fim, reforço a necessidade urgente da criação dos fóruns municipais e estaduais de educação. Esse ponto é fundamental e estruturante. Quero destacar alguns aspectos centrais do Plano Nacional de Educação que queremos construir. Quando falamos de participação social, estamos falando também da consolidação de princípios e diretrizes que não podem se perder de vista na elaboração dos novos planos decenais. O que queremos para educação brasileira nos próximos dez anos? Precisamos assegurar a efetivação e consolidação do Sistema Nacional de Educação, do Sistema Nacional de Avaliação e de um subsistema de valorização dos profissionais da educação; implementar processos participativos e transparentes de gestão, com monitoramento público das metas; estabelecer prazos intermediários para avaliação do cumprimento das metas, não podemos esperar dez anos para verificar resultados, é necessário prever momentos de revisão e redirecionamento das estratégias; ampliar o diálogo com a sociedade e garantir o protagonismo dos conselhos e fóruns municipais; promover o acesso a dados e microdados educacionais de todos os municípios, pois, embora o painel de monitoramento do Inep seja um ótimo instrumento, ainda há lacunas importantes. É fundamental que o Inep divulgue microdados dos cinco mil, quinhentos e setenta municípios, garantindo transparência e precisão nos diagnósticos; respeitar e garantir a autonomia didática, científica, administrativa, pedagógica e financeira das instituições de ensino superior e da educação básica, um direito constitucional que precisa ser reafirmado. Não podemos admitir episódios de violência e desrespeito a profissionais da educação, como o caso recente de um professor agredido por um pai devido à proibição do uso de celular em sala de aula. A autonomia pedagógica deve ser respeitada e protegida. Devemos também fortalecer os conselhos consultivos, deliberativos e fiscalizadores, os grêmios estudantis, os conselhos escolares e os fóruns municipais, assegurando uma gestão democrática efetiva. E, sim, continuaremos defendendo eleições diretas para diretores e diretoras de escola, bem como o fim da lista tríplice para reitores, com respeito à decisão das comunidades universitárias. Por fim, destaco a importância de repensar o modelo de avaliação adotado no país. O atual sistema, baseado em resultados e desempenho, tem sobre carregado e adoecido docentes, coordenadores e diretores. Precisamos recuperar a concepção de uma avaliação diagnóstica, formativa e emancipatória, que realmente traduz a aprendizagem significativa e não apenas treinamento para testes de larga escala. Devemos, portanto, perguntar: os resultados do Ideb realmente

refletem a aprendizagem dos nossos alunos? Ou apenas o desempenho em provas padronizadas? Essa reflexão é essencial para o futuro da educação pública brasileira. Essa é uma mudança significativa de que precisamos no movimento nacional. Não se trata de um desafio exclusivo de um estado, mas de um fenômeno crescente em todo o país, que exige reflexão sobre o que estamos fazendo em termos de avaliação, aprendizagem efetiva e significativa dos estudantes e saúde mental dos professores. Também foi mencionada a plataformação do ensino e a terceirização da gestão escolar. Não sei exatamente como essa realidade se apresenta aqui, em Mato Grosso do Sul, mas é algo que combatemos com firmeza. A escola deve ser dirigida e administrada por professores com licenciatura — seja em Pedagogia ou em outra área —, pois são eles que possuem a formação necessária para conduzir tanto o processo pedagógico quanto a direção da unidade escolar. A escola não pode ser terceirizada, seja para militares ou para qualquer outro grupo alheio ao campo educacional. Da mesma forma, é preciso nos posicionar contra o "homeschooling". Esse tema já foi e voltou à pauta diversas vezes, e ainda representa um risco real de aprovação. Precisamos garantir que crianças e jovens estejam na escola, pois o ambiente escolar é mais do que um espaço de escolarização, é um espaço de socialização, de aprendizagem da cidadania e de experiência democrática. A escola é o lugar onde se aprende a conviver, a respeitar e a participar da vida coletiva. Outro ponto urgente é o combate à violência e à perseguição contra docentes, que infelizmente têm se tornado frequentes. Casos de agressões, exposição pública e cancelamentos contra professores e professoras são noticiados quase diariamente. Esse tema precisa ser tratado como pauta nacional de defesa da categoria docente. Já existe um Observatório Nacional, vinculado à Secretaria de Direitos Humanos, que tem levantado dados alarmantes sobre o aumento desses casos, tanto com relação aos estudantes quanto às famílias. Essa situação está diretamente ligada à autonomia docente. Precisamos resgatar a autonomia didática, científica, pedagógica e administrativa das escolas. A sala de aula é espaço da educação e pertence aos professores e professoras. Não podemos aceitar interferências externas que determinem o que ensinar e como ensinar. As políticas de formação e valorização docente também precisam ser priorizadas. Todos conhecemos as dificuldades enfrentadas pelo país nessa área. Garantir uma formação inicial de qualidade é essencial e, para isso, é urgente regulamentar a oferta de cursos de licenciatura a distância, na modalidade EAD, sendo necessário avaliar seriamente a qualidade dessas formações. As universidades públicas estão com vagas ociosas, enquanto cresce a oferta de cursos EADs, muitos dos quais, infelizmente, operam com fins meramente lucrativos. Há casos em que um tutor atende quinhentos estudantes, o que inviabiliza qualquer formação consistente. Portanto, é imprescindível que o Governo Federal estabeleça critérios rigorosos de avaliação e regulação desses cursos. Além disso, é fundamental avançar na valorização profissional, garantindo planos de carreira, salários dignos e condições adequadas de trabalho. O piso salarial é base, não teto; infelizmente, tem sido tratado como limite máximo, o que é inaceitável. Também é preciso assegurar condições de saúde e segurança nas escolas, para evitar tragédias como a que vimos recentemente. Outro ponto essencial é a ampliação do orçamento público para as universidades federais e o fortalecimento dos programas de assistência estudantil, como o Programa Nacional de Assistência Estudantil (Pnae). O

acesso às instituições públicas de ensino superior, de modo geral, tem sido ampliado, mas ainda há um número expressivo de jovens, entre dezoito e vinte e quatro anos — faixa etária ideal para ingresso —, que estão fora da universidade. Hoje, o grande desafio não é apenas o acesso, mas a permanência. Temos vagas ociosas, sobretudo em cursos de licenciatura, pois muitos jovens não desejam mais seguir a carreira docente, uma profissão cada vez menos valorizada e com poucos concursos públicos. Por isso, precisamos de uma assistência estudantil robusta, que garanta permanência e conclusão dos estudos. É imprescindível um orçamento público adequado e sustentável. Quanto à inclusão, foi recentemente aprovada — e publicada — a nova Política Nacional de Educação Inclusiva, que esperamos garantir o acesso e a permanência das pessoas com deficiência ou necessidades específicas no sistema educacional. No campo das políticas sociais, devemos assegurar financiamento público suficiente, mantendo a luta pelos 10% do PIB para a educação, conforme previsto, e pela regulamentação do Custo Aluno-Qualidade (CAQ), fundamental para a estabilidade e equidade do financiamento. Por fim, o regime de cooperação entre União, estados e municípios precisa ser melhor detalhado, formalmente estabelecido e operacionalizado, de modo que funcione de forma efetiva. Encerrando, e não menos importante, é nossa tarefa construir um novo Plano Nacional de Educação forte e coerente, que preserve e reafirme os princípios constitucionais da educação como direito social, subjetivo e inalienável. É isso. Muito obrigada e parabéns a todos que permaneceram até este momento. Obrigada.

**DPUTADO PROFESSOR RINALDO** - Podemos (presidente da Comissão Permanente de Educação, Cultura e Desporto) — Obrigado, professora Lueli, pela sua explanação. Como disse a deputada Gleice, foi o tempo de uma aula e foi muito ilustrativo. Agradecemos a sua presença e sua manifestação nesta tarde de terça-feira. Cumprimento todas as pessoas que estão nos acompanhando pela TV Assembleia. Recebi uma mensagem da professora Vera Lorenzetti, que está em Amambai, juntamente com todos os membros do Conselho Municipal de Educação de Amambai. Obrigado, professora Vera. Vamos passar a palavra aos componentes do plenário especial e também do plenário geral que se inscreveram. Neste novo tempo, gostaria de convidar o professor Onivan, para estar aqui, na parte principal. Já foi combinado com a Gleice, não estou tirando-a do meu lado, isso foi combinado para o Onivan vir aqui e coordenar essa parte.

**SENHOR ONIVAN DE LIMA CORRÊA** (coordenador do Fórum Estadual de Educação de Mato Grosso do Sul) — Para dar continuidade, temos agora a fala dos participantes inscritos. Algumas pessoas já se inscreveram para se manifestar, três delas oralmente, e outras enviaram contribuições por escrito. Caso alguém mais deseje se pronunciar, há um microfone disponível para uso. A proposta é que cada participante utilize até dois minutos para sua fala, de modo que possamos contemplar todas as contribuições, considerando também o horário de voo da professora convidada. Nossa previsão é encerrar às 17h. O deputado chegou a comentar: “Onivan, pensei que você fosse terminar às 16h”. Eu respondi que conheço bem nosso povo da educação e não conseguimos falar pouco! Todos desejam contribuir, e este é um espaço de extrema importância, uma audiência

pública que possibilita a participação democrática. Cada um aqui traz sua vivência: pais e mães, membros de conselhos, representantes de fóruns, secretarias e universidades. Todos possuem experiências e inquietações valiosas. É fundamental reforçar que este espaço, que esta audiência vai ao encontro daquilo que a professora Lueli falou: "Envolver a Casa de Leis nesse processo". Agradecemos imensamente ao deputado Rinaldo, à deputada Gleice e aos demais parlamentares que participaram do processo de construção desta audiência. Agradeço também aos assessores presentes e a todos os que contribuíram para a realização deste evento. Para dar prosseguimento, convido a doutora Patrícia Sarmento dos Santos, conselheira substituta do Tribunal de Contas do Estado, que já colaborou conosco em outras ocasiões, como em nossa oficina, e hoje está aqui representando a instituição. Doutora Patrícia, a palavra é sua, pelo tempo de dois minutos.

**SENHORA PATRÍCIA SARMENTO DOS SANTOS** (conselheira substituta do TCE/MS) — Boa tarde a todos. É uma satisfação estar aqui nesta Casa, participando desta discussão, representando o Tribunal de Contas do Estado. A importância de estarmos aqui é porque nós, para além das contas, para além de verificar se os municípios estão cumprindo a aplicação do recurso vinculado, o Tribunal de Contas tem voltado cada vez mais a sua atuação para as pessoas, para a política pública educacional, para a efetividade dessa política. E o Sistema do Tribunal de Contas tem um grupo de trabalho em que as pessoas discutem o PNE. E recebemos o substitutivo essa semana e olhamos com bons olhos a questão da governança do plano, prevista no artigo 13. Sobretudo, a que prevê a elaboração de um plano bianual, do plano de ação a cada dois anos, com recursos e que será monitorado. Eu queria perguntar para a professora Lueli se ela entende isso como uma possibilidade de analisarmos as metas no decorrer — metas detalhadas, como ela falou —, já que a cada dois anos o ente terá que fazer esse plano de ação bianual, considerando a alocação de recursos, o objetivo a ser cumprido. Se isso já não seria a possibilidade de nós antevermos o cumprimento, ou não, da meta, não como hoje, que após dez anos, dizem: "Oh, não vamos cumprir". Já seria, para nós do controle, considerando a experiência do plano anterior, uma sinalização de que: "Olha, precisamos mudar e corrigir essa rota, porque não vamos conseguir atingir".

**SENHOR ONIVAN DE LIMA CORRÊA** (coordenador do Fórum Estadual de Educação de Mato Grosso do Sul) — Seguiremos com três falas e, em seguida, faremos uma rodada de comentários. Convido a professora Mariuza Guimarães, adjunta do Fórum Estadual de Educação, docente da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul e integrante do Conselho Estadual de Educação, para fazer uso da palavra por dois minutos.

**SENHORA MARIUZA GUIMARÃES** (Fórum de Educação) — Boa tarde a todas, todos e "todes". Cumprimento a mesa e agradeço o espaço. Quero, antes de tudo, parabenizar a professora Lueli pela brilhante exposição, senti-me plenamente representada. Gostaria de destacar alguns pontos que considero fundamentais, especialmente por estar à frente do Grupo de Trabalho Diversidade. A participação e o controle social são elementos essenciais nesse debate. O Plano Estadual de Educação, assim como o nacional, deve

refletir as demandas reais da sociedade, valorizando a ciência, o conhecimento e a diversidade. Em Mato Grosso do Sul, convivemos com uma pluralidade notável: povos originários, são oito etnias; comunidades quilombolas; imigrantes; fronteiriços; ciganos e tantos outros grupos que aqui se estabeleceram. Nossa estado, relativamente jovem e de economia crescente, atrai diferentes povos e culturas. Por isso, é imprescindível que a educação conte com essa multiplicidade, assegurando que todas essas vozes e realidades estejam representadas em nosso plano estadual. Temos também discutido, e entendemos como fundamental, as demandas da comunidade LGBTQIA+ e também a questão da violência contra a mulher, pois o nosso estado tem, infelizmente, apontado um maior índice de violência contra mulher no Brasil e também contra a comunidade LGBTQIA+. Um assunto que gostaria que a professora Lueli dialogasse conosco — e que nós também temos ressaltado — é a questão da pauta moral e do conservadorismo, que não pode intimidar as políticas públicas. Precisamos de um plano que, de fato, atenda a toda a comunidade, a todas as crenças, a todas as tribos e a todas as pessoas que fazem parte, que constroem o nosso estado e o nosso país. É isso.

**SENHOR ONIVAN DE LIMA CORRÊA** (coordenador do Fórum Estadual de Educação de Mato Grosso do Sul) — Convidamos o professor José Roberto Rodrigues, presidente da Associação dos Docentes da Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (Adufms) O seu tempo é de dois minutos. A professora conseguiu falar em três minutos...

**SENHOR JOSÉ ROBERTO RODRIGUES DE OLIVEIRA** (presidente da Adufms) — Bom, então já vou pedir mais um também para mim. Boa tarde a todos e todas! Eu quero dizer para a mesa que fico bastante feliz em ver deputados, pelo menos dois deputados, junto com companheiras e companheiros que fazem um trabalho diuturno em prol da educação pública. Estou muito feliz ao ouvi-la, Lueli, porque a gente se sente representado na sua fala, mas também gostaria de fazer uma provocação, você fez várias e fui anotando. Acho que você cumpriu muito bem o papel de professora, que é provocar e fui anotando coisas... Primeiro, gostaria que você voltasse a falar desta palavra, que é muito especial: o controle social. Precisamos ter essa clareza de que os planos precisam de controle social, destacar isso de maneira muito clara. Vamos vendo, nos documentos, palavras bonitas que dizem alguma coisa ou não dizem nada. "Governança", porque não gestão democrática? Por que esse medo de dizer gestão democrática? Por que esse medo de dizer justiça e justiça social? A gente resolveria... Do que ficar importando palavras, como governança, porque é moda e não sou a favor de modismos. Inclusive, estava lembrando que Mato Grosso do Sul tem tradição em discutir plano de educação. Fiquei pensando no Plano Estadual de Educação do primeiro governo civil eleito democraticamente no estado pós a ditadura militar. Foi um plano bastante importante, construído por um grupo de professores e de pessoas "afetas" à educação, às problemáticas da educação. Resultado: o plano não foi executado. O secretário da época caiu, porque era um plano aquém e que esta Casa achou que não devia... Queria lembrar isso, que a gente deve participar, falar, ter mais controle social, lembrando e fazendo essa memória, que nós temos essa tradição. Por

um período, perdemos e estamos, felizmente, retomando essas discussões. Acho que você poderia falar um pouco mais dessa questão, do controle, por isso eu me lembrei do plano anterior, do controle social e dessas palavras que a gente vai usando, como "governança", não é? Porque está na moda, porque a Unesco, porque... Eu sou mais das antigas, de pensar palavras-chave importantíssimas para nós, que militamos na educação há muitos anos: democracia, gestão democrática, justiça social. Era isso, professora. Quero agradecer-lhe, por passar uma tarde conosco. Poderíamos ficar ouvindo-a por mais tempo. Muito obrigado.

**SENHOR ONIVAN DE LIMA CORRÊA** (coordenador do Fórum Estadual de Educação de Mato Grosso do Sul) — Muito bem! Obrigado, professor José. Convidamos a professora Joana, coordenadora do Fórum de Educação de Jovens e Adultos. Dois minutos, professora.

**SENHORA MARIA JOANA DURBEM MARECO** (coordenadora do Fórum de Educação de Jovens e Adultos de Mato Grosso do Sul) — Obrigada, Onivan. Lueli, companheira do fórum nacional. Sou Joana, assumo a representação do fórum nacional no ano que vem, no lugar da Rita. Trabalhamos bastante nesse substitutivo, porque, hoje, houve a reunião do fórum nacional e temos pressa. Quero dizer que a construção coletiva e a participação social são fundamentais nesses planos, seja nacional, estadual ou municipal, porque é assim que afirmamos a nossa democracia. Para que esse plano alcance metas robustas, é necessário toda essa participação social e articulação entre os entes federados, que você falou muito bem, sempre no horizonte de alcançar o acesso à educação, mas temos que pensar na permanência e conclusão dessa escolarização e com qualidade social. A próxima década deve ser pavimentada pelo exercício da cidadania, a valorização da diversidade e não podemos falar de uma valorização sem falarmos na — e isso ficou fora, no substitutivo do plano nacional — questão da formação inicial e continuada. Lutamos muito para colocar no plano nacional a questão do recurso e temos desafios, que são históricos. Em Mato Grosso do Sul, temos uma população de 5,4% de pessoas não alfabetizadas e de 50,6% que não concluíram a educação básica. Como vamos falar disso se não temos recurso? Se não temos uma formação nas licenciaturas para discutir essas questões? Acho que a tarefa de todos é pensar num Plano Estadual de Educação que dê conta de um pacto para o Estado de Mato Grosso do Sul. Se essa população não tem acesso à escolarização, ela vai acessar um trabalho precário ou vai para a informalidade. Então, precisamos pensar numa sociedade com a escolarização, que tenha acesso à escolarização que, como você disse, é um direito e estamos lutando pela garantia do direito dessa população. Obrigada.

**SENHOR ONIVAN DE LIMA CORRÊA** (coordenador do Fórum Estadual de Educação de Mato Grosso do Sul) — Obrigado, professora Joana, que faz parte também do GT da Educação de Jovens e Adultos.

**SENHORA JOANA DURBEM MARECO** (coordenadora do Fórum de Educação de Jovens e Adultos de MS) — Quero agradecer ao pessoal do GT 8, que está aqui, por isso que eu pedi para falar, em respeito a esse GT, que construiu e trabalhou muito. Obrigada, pessoal.

**SENHOR ONIVAN DE LIMA CORRÊA** (coordenador do Fórum Estadual de Educação de Mato Grosso do Sul) — O plano é um projeto e estamos no momento de discutir e elaborar o diagnóstico. Até já respondendo a uma pergunta de Ericler Alves, que gostaria de ter acesso à minuta do plano. Como você sabe, é minuta, portanto, ainda estamos no processo de construção. Se tiver interesse de participar do GT, está aberto, é importante dizer isso, porque vocês podem participar. "Ah, mas eu não sou professor eu sou lá da entidade..." Está aberto, a todo momento estamos chamando as pessoas para participarem dos GTs. Por isso, ainda não disponibilizamos, porque só após o término encaminharemos o documento. Inclusive, hoje nós vamos entregar uma minuta ao deputado, para a Casa de Leis, do nosso diagnóstico. Ainda estão faltando os de dois grupos, que não conseguiram entregar a tempo, porque a tarefa era até ontem. Mesmo assim, vamos entregar faltando dois grupos. Em breve, entregaremos o restante, que é uma minuta e, posteriormente, todos terão acesso. Na página do Conselho Estadual de Educação estará disponibilizada essa minuta. Já justificando, a professora Celi teve que sair, pois vai viajar; ela está de férias, coitada. No período de férias dela, tivemos que fazer a audiência. É assim a nossa vida. Não temos férias em janeiro, não temos sábado nem domingo, não temos horário de almoço. É a vida de quem trabalha na educação. Ela pediu desculpas por não poder ficar. Então, na página do Conselho Estadual de Educação haverá um link, local em que vocês terão acesso ao documento. Então, respondendo à Ericler e aos demais, vocês terão acesso a esse documento, mas, se tiverem interesse em participar do GT, nós estamos abertos. A Maria Isabel está ali, se alguém tiver interesse, procure-a. Temos quatorze grupos de trabalho e vocês podem participar. Estamos organizando presencialmente somente as oficinas, mas a maior parte das reuniões é online, por meio da Plataforma Meet, da Plataforma Zoom, que permite a participação de todos nesse processo de construção, não só do diagnóstico, mas das metas, dos objetivos e das estratégias. Estamos ouvindo várias demandas importantes e o deputado vai falar sobre o documento, que será encaminhado para a comissão. Estamos abertos para essa construção... Já respondi uma pergunta e temos outras, que vou fazer a leitura. O Wagner da Silva Maciel, professor da Secretaria de Estado Educação, fez uma sugestão: "Construção de um projeto ou uma política que visa ao cuidado da saúde física e, principalmente, mental dos docentes, envolvendo profissionais da saúde e assistência social". Vou responder, porque eu sou do GT 11, que trata sobre profissionais da educação e já colocamos essas questões, porque quem está na educação, no movimento da educação, defende essa causa. Mas que essa política seja por meio de política intersetoriais, que a saúde esteja envolvida, que a assistência social esteja envolvida, que o Conselho de Psicologia e o Conselho de Assistência Social também façam parte. Que façamos uma política intersetorial! Temos a questão do Fundeb, que fala sobre a vinda desses profissionais, e temos ainda essa garantia por meio da nossa LDB, ou seja, temos

um caminho a percorrer. A Secretaria de Estado de Educação, por exemplo, já tem um grupo, uma coordenadoria que trabalha essa questão da educação por meio dos psicólogos, psicólogas, assistentes sociais, em que já temos a construção de uma política no estado. É uma construção, é um processo. A Daniela Curt, presidente do Simted de São Gabriel do Oeste e vice-presidente da regional da Fetems, gostaria de saber se existe alguma discussão sobre os avanços da implementação do modelo de escolas cívico-militares. Vou passar para Lueli, que está afiadíssima. O Alexandre Figueiredo escreveu que o cargo dele é idealizador, ou seja, alguém que está aqui, que é do Instituto Guardião Azul, amigo dos autistas... Ele coloca o seguinte: "Considerando o diálogo intersetorial na educação, a crescente violência na escola, qual estratégia para combater o bullying e o capacitismo no ambiente escolar? E como a família participará na consolidação dessa estratégia, por uma escola mais segura e inclusiva?" Sobre a questão da família, temos a construção do Projeto Político-Pedagógico participativo em toda a escola — se a escola não faz, deveria fazê-lo —, então, se não estiverem fazendo, cobre na sua escola, qualquer escola — centro de educação infantil, escola pública — tem a obrigação de fazer a construção do Projeto Político-Pedagógico e, dentro dessa construção, temos que colocar, que pontuar tudo isso. Em qual realidade essa escola está inserida? Qual é o projeto que nós precisamos desenvolver com essa escola? "Ah, mas o Estado de Mato Grosso do Sul tem um projeto único". Não! Porque a escola de Campo Grande não é a mesma escola de Amambai, não é a mesma escola de São Gabriel do Oeste, não é a mesma escola da comunidade indígena de Miranda, de Aquidauana, de Nioaque, da comunidade quilombola, da educação que oferta a Educação do Campo e da Educação de Jovens e Adultos. Então, precisamos inserir isso dentro do Projeto Político-Pedagógico e dentro dos regimentos escolares. Precisamos e podemos fazer isso, já é uma garantia nossa e precisamos participar enquanto pai, enquanto mãe, enquanto filho, enquanto estudante, enquanto professor, enquanto professora, enquanto profissionais da educação nessa construção do Projeto Político-Pedagógico. Temos um documento interessante e importante, elaborado pelos professores Cláudia e Wanderley, é uma carta. Acho que ela não quis fazer o uso da fala no microfone, mas ela é da comunidade indígena, para quem não os conhece, é interessante apresentá-los. A professora Cláudia trabalha na Secretaria Municipal de Educação de Campo Grande e o professor Wanderley atua há muito tempo na área da educação indígena, é doutor em História e tem um trabalho de envolvimento na questão indígena e na defesa da educação dos povos indígenas, dos povos originários. Eles elaboraram o seguinte texto: "O Decreto Federal nº 6.861/2009, e a Deliberação nº 10.647/2005, do Conselho Estadual de Educação, garantem as escolas de educação escolar indígena aos territórios e comunidades indígenas. Levando em consideração que os novos dados do IBGE/2022 apontam que 53,97% da população indígena brasileira já vive em contexto urbano, como os planos de educação podem atender o direito das crianças e jovens indígenas a uma educação de qualidade, intercultural e bilíngue? Ainda levando em consideração, também, a indispensabilidade do regime de colaboração e cooperação entre as instituições". Eu acho que posso falar sobre essa questão, mas a professora Lueli também pode trazer alguns elementos. Temos um GT específico — no qual vocês estão participando, coordenado pela professora Mariuza juntamente com a professora Tânia

— para discutir a questão indígena, a questão do campo e a questão quilombola. Tem que aparecer nesse plano, o plano estadual tem que trazer. Então, vocês têm a obrigação de trazer esses elementos. Quando discutimos a questão da educação indígena em Mato Grosso do Sul, não estamos falando só da população indígena que vive na aldeia, mas também dessa população que está em Aquidauana, em Campo Grande, em Três Lagoas, em São Gabriel do Oeste. Quando eu trabalhava no município, lembro que um dia, em um planejamento, a professora do terceiro ano falou assim: "Não precisamos, porque aqui não tem aldeia". Eu falei: a senhora não conhece fulano, ciclano, beltrano? Eles são indígenas. Então, temos por obrigação... Primeiro, porque estamos em um estado que tem uma das maiores populações indígenas. Qualquer município e qualquer escola têm obrigação de fazer a discussão da população indígena. Isso aconteceu justamente naquele período em que houve a matança, falo que foi um extermínio... Lembram-se das crianças Guaranis que estavam morrendo de fome? Foi naquele tempo e alguém dizer que nós não precisamos em São Gabriel do Oeste — o município, posso falar; não posso falar o santo e a santa, mas o município eu posso falar —, que não precisa discutir nesse município? Falei: Mato Grosso do Sul tem por obrigação, o Brasil tem por obrigação de fazer a discussão da questão indígena, da questão quilombola, da questão LGBT, da questão do campo, de todas as questões que estão postas na sociedade. E ficamos felizes com a fala do Moraes, quando ele disse que a escola é o espaço de fazer debate de todos os temas, a escola é o espaço para fazer o debate de todas essas questões inerentes à sociedade. E temos que fazer desde a educação infantil ao ensino superior. Acho que o grande desafio de vocês, que estão participando do GT, é inserir no plano a questão indígena que, como a professora Lueli observou, no plano anterior não tinha uma meta específica sobre a questão indígena. Então, avançamos muito. Há uma meta específica que discute a questão indígena, a questão do campo e a questão quilombola. Eis o desafio de vocês, que são representantes da comunidade indígena. E nós, que estamos no processo da educação de Mato Grosso do Sul, temos que trazer essa questão para o plano estadual e para os planos municipais, não podemos nos esquecer de inserir as estratégias, as metas e os objetivos. Era isso que tínhamos de perguntas e questionamentos. Vamos passar, por cinco minutos, a palavra para a professora Lueli, porque também temos um tempo com as questões de logística para ela chegar ao aeroporto e também para garantir a participação de vocês, o envolvimento de vocês. A professora Lueli vai trazer aquelas questões que eu não respondi, porque ela tem esse envolvimento tanto no Fórum Nacional de Educação quanto na universidade, nas discussões e nos debates, que são fundamentais na construção do plano nacional e dos planos estaduais.

**SENHORA LUELI NOGUEIRA DUARTE E SILVA** (presidente do Fórum Estadual de Educação de Goiás) — Bom, então respondendo à pergunta feita pela representante do órgão de controle... Ela já saiu... Ah, então está certo...

**SENHOR ONIVAN DE LIMA CORRÊA** (coordenador do Fórum Estadual de Educação de Mato Grosso do Sul) — Pode responder, porque fica gravado e as pessoas têm acesso, isso que é importante.

**SENHORA LUELI NOGUEIRA DUARTE E SILVA** (presidente do Fórum

Estadual de Educação de Goiás) — Ela perguntou se o plano de ação, previsto nesse substitutivo, são avanços. Não resta a menor dúvida de que é uma forma de controle, sim, para verificar o alcance das metas e julgo que é necessário metas intermediárias, os prazos. Por quê? Até mesmo para este momento, em que se tem que fazer um plano, mostrar o que foi feito a cada dois anos, esteja previsto, seja daqui a cinco anos, seja daqui a quatro anos. Foi alcançado? O que está sendo feito para o alcance dessa meta intermediária? Então, a meta intermediária é um divisor de águas, que permite ao gestor... O que é um plano? É um instrumento, é uma ferramenta extremamente importante para um gestor, porque permite ao gestor saber exatamente o que ele precisa fazer, onde ele precisa atuar, quais são, de fato, as questões críticas, onde estão os déficits, onde é preciso mais recurso. O que precisamos fazer é ir pegando a questão da população indígena, da qual não temos dados suficientes; então, é preciso que o Inep se organize para nos apresentar dados da educação do campo, dos quilombolas e dos indígenas, para termos elementos para saber como atuar junto a essas populações. É necessário o controle social associado a prazos intermediários. É preciso a atuação do Inep para nos auxiliar com dados, para que tenhamos as informações. Se vocês me perguntarem qual é a região do meu estado que tem maior déficit, por exemplo, de acesso à educação infantil, que é um dos nossos grandes problemas e acho que de todos os estados, eu não sei dizer, porque não temos o microdados que me permita dizer... Temos o do estado, mas como a maioria dos municípios não fez os seus planos municipais, eu não sei dizer onde está o déficit, onde o gestor tem que se preocupar com o acesso e com a permanência. É preciso que o Inep, de fato, disponibilize esses dados e o controle social — e já respondendo ao professor —, que é fundamental, é preciso essa articulação do Executivo, da União, junto ao Inep. Precisamos ter elementos e ferramentas e o plano permite isso. Ele é o articulador da política educacional, é orientador, é o epicentro, como diz o professor Luiz Dourado, das políticas educacionais. Ele nos orienta, tem o papel de orientar os gestores, os órgãos de controle, os órgãos que acompanham e participam desse monitoramento do que está sendo feito. Esses órgãos, agora, têm obrigação de apresentar o que foi feito, até mesmo a transparência do ponto de vista de recursos usados, mas não sabemos se isso vai permanecer. O que deixou de existir, e que era uma proposta, foi a responsabilização. Havia uma ideia de que a questão da responsabilização social, em especial dos gestores, que é o Executivo, pois ele tem a responsabilidade de executar... Temos o papel, enquanto sociedade, de acompanhar, de monitorar, de discutir, de contribuir, mas de quem é a responsabilidade da execução das metas, da correção? É o Executivo! Essa questão foi algo que pegou bastante. Os secretários serão responsabilizados? Quem vai querer ser secretário? A secretaria do nosso estado falava que ninguém mais vai querer ser secretário, quem vai colocar o seu CPF nessa situação? No entanto, pressionam diretores e professores para cumprirem metas! É um contrassenso. Eles não querem a responsabilidade, mas cobram responsabilidade e alcance de metas de gestores, de alunos e isso está adoecendo todo o mundo. Então, no plano, há uma indicação de maior controle sobre o alcance dessas metas. Está sendo cumprido? E vinculação com recursos... O Governo, a União, está se propondo a fazer uma articulação e vinculação com recursos, com cumprimento de metas... Inclusive, com aquele plano, que é um item novo,

que é de infraestrutura, está vinculado a cumprimento de metas. Há toda uma costura, uma articulação, quanto a isso. É preciso, sim, governança. Realmente, são termos novos que eles utilizam e a diversidade é um grande desafio. Acho que a inclusão social... Quando falamos de inclusão, estamos falando também em uma perspectiva social, a forma de incluir todas as pessoas é um grande desafio. Talvez seja um dos maiores desafios, tanto da educação básica quanto da educação superior, a inclusão, de fato, de todas as pessoas e que seja garantido o respeito, o atendimento às especificidades dessas populações. Como o Onivan disse, temos que fazer isso por meio do Projeto Político-Pedagógico, por meio da elaboração de metas ou de estratégias que garantam essas especificidades, que garantam o atendimento ou o acesso à educação. Se estamos falando em uma possibilidade de que isso seja monitorado, acompanhado a cada dois anos, é fundamental que esteja posto em lei e que tem que ser cumprido. Parece-me que já existe uma lei aprovada, específica para educação do campo, indígena e quilombolas. Acho que é isso, temos que garantir não só no Projeto Político-Pedagógico, mas temos que garantir a existência de professores que possam, de fato, atender a essas populações e que sejam formados nas suas especificidades. Isso contempla a questão do respeito da identidade cultural, do respeito às questões da cultura desses povos, que são diversos e são diferentes. É preciso compreensão, é quase como um letramento. Falamos de letramento linguístico, matemático, mas temos que ter um letramento racial, um letramento da diversidade diante da diversidade deste país, da pluralidade de identidade. Precisamos ser letrados. Não vejo como problema dizermos que não sabemos e que temos dificuldades, mas temos que ter coragem para enfrentar os desafios. As questões da diversidade estão neutras tanto no PL quanto no substitutivo. Apresentam uma linguagem neutra não no sentido do "ozinho" ou do "azinho" dessa linguagem de gênero, mas dizemos que está desidratado das questões de gênero, das questões da sexualidade, da questão da diversidade. É um plano desidratado, palatável para evitar grandes problemas, grandes discussões. Percebemos que a discussão foi "limpa", mas isso não impede que os nossos planos estaduais e municipais tenham essas discussões. É muita coisa e não dá para... A questão das escolas cívico-militares, elas não estão mais aprovadas. Então, acho que elas têm que ser extintas, "desidratadas". Não tem por que mantê-las. Acho que é isso. Obrigada, mais uma vez, boa tarde e obrigada pela presença, por aceitarem o convite e por permanecerem aqui.

**SENHOR ONIVAN DE LIMA CORRÊA** (coordenador do Fórum Estadual de Educação de Mato Grosso do Sul) — Em nome do fórum, em nome da comissão da SED e em nome do conselho das entidades que fazem parte dessa comissão, agradecemos à professora Lueli pela presença, apesar das dificuldades no que diz respeito a conseguir passagem, hotel, alimentação. Realizamos uma vaquinha entre os companheiros e companheiras do movimento sindical e das entidades para garantir a presença da professora Lueli que, brilhantemente, traz essas contribuições, para que nos provoque a darmos continuidade nesse "esperançar", nessa construção. Não estamos esperando à sombra da árvore, estamos construindo — assim como Paulo Freire —, escrevendo, produzindo, pensando na educação do Estado de Mato Grosso do Sul. Quero agradecer à Casa de Leis, em nome dos deputados Professor Rinaldo e Gleice Jane e da Comissão

Permanente de Educação, Cultura e Desporto, por este espaço construído coletivamente. Desde o início, tivemos essa abertura, construímos a programação, que estamos realizando em parceria. Agradeço à Fetems, que garantiu a vinda da professora Lueli, conseguiu pagar as passagens — vocês sabem que não estão baratas —, conseguimos as passagens via Fetems, Adufms e outras entidades que contribuíram para a vinda da professora. Ela não consegue vir a pé, tem um custo e precisamos garantir a participação dela. Agradecemos aos GTs que participaram, às universidades, às entidades pertencentes... Quero reforçar a importância do Tribunal de Contas estar presente, bem como o Sindicato dos Estabelecimentos de Ensino, da secretaria, dos fóruns, da Aduems, da Adufms, da campanha, do IFMS, da UFMS de todas as demais entidades que estão aqui. Também agradeço a quem acompanha por meio do espaço virtual, que também é fundamental para que possamos continuar construindo este plano. Isso faz parte de mais um processo, passamos por aqui e vamos aguardar a aprovação do Plano Nacional de Educação. Você pode perguntar: "E agora? O que vamos fazer?" Ainda temos que aguardar a aprovação do Plano Nacional de Educação e continuamos no estado para fazer as adequações com relação àquilo que vem do nacional. Já temos um GT que discute educação ambiental. Olharemos esse substitutivo para ver quais alterações ocorreram com relação ao que tinha no projeto de lei anterior. Todos dos grupos de trabalho — a Joana, a Mariuza, a professora Francisca e todos que estão nos grupos — sabem muito bem dessa tarefa, vamos olhar para esse substitutivo para construirmos, de fato, um Plano Estadual de Educação que traga toda essa realidade, essa dinâmica que todos vocês apresentaram e, também, das pessoas que não puderam falar, que têm suas inquietudes, seus anseios, suas vontades. Também abriremos esse espaço para que vocês possam construir e contribuir. Passo a palavra para o deputado, que está coordenando a mesa, para as considerações finais.

**DEPUTADO PROFESSOR RINALDO** — Podemos (presidente da Comissão Permanente de Educação, Cultura e Desporto) — Quero agradecer à deputada Gleice Jane, vice-presidente da comissão; ao professor Davi; ao professor Onivan; à Deumeires, presidente da Fetems; ao professor Luiz, da UFMS — sou funcionário de lá há algumas décadas —; à Mariuza; à Francisca; à Mazé... Não lembro o nome de todo mundo, mas quero agradecer também ao Wanderley, que fez doutorado em História e fiz uma parte da faculdade de História com ele. Eu já era formado e fui para universidade acompanhar a minha irmã, Rose, que era muito nova, e acabei fazendo dois semestres junto com o Wanderley na UCDB. É uma pena que ele já não está aqui conosco, Cláudia. Quero agradecer a presença de todos vocês... Agradeço ao Papa Romeo Fox, policial rodoviário federal, que tem um trabalho brilhante com relação à questão do autismo. Sou autor de uma lei, professora, que criou o Cefor Marilene Bittar, que qualifica o professor para trabalhar com crianças com espectro autista. E Mato Grosso do Sul é uma referência nacional no que diz respeito ao atendimento à criança com autismo. É uma alegria recebê-los e em nome da Mary Nilce e dos demais membros da SED, agradeço a todos. Depois, vamos para o saguão para tirarmos fotografias com a nossa visitante, que seja muito bem-vinda à capital do Pantanal, Mato Grosso do Sul. Passo a palavra para a deputada Gleice Jane, por dois minutos para responder ao questionamento que fizeram.

**DEPUTADA GLEICE JANE – PT** (vice-presidente da Comissão Permanente de Educação, Cultura e Desporto) — Obrigada, deputado Professor Rinaldo. Na verdade, não é uma pergunta, é uma provocação e uma posição da Associação de Pais e Responsáveis das Pessoas com TEA, que diz o seguinte: "As famílias atípicas desejam e apoiam a aprovação do PL sobre câmeras nas escolas estaduais, municipais e instituições que atuam com pessoas com deficiência e TEA". Queria só fazer uma explicação sobre isso. Essa é uma pauta bastante polêmica. Eu estou na relatoria de um projeto de lei que fala sobre autorização de câmeras em salas de aula. A autorização é para câmeras nas salas de aulas da rede estadual. O projeto vem do Poder Executivo, chegou à CCJR e sofreu algumas intervenções, como algumas emendas, que colocou também áudio nas câmeras. Eu, professora sindicalista, sou contra as câmeras. No entanto, eu tenho ido para as escolas conversar com professores, com diretores e coordenação. E a relatoria desse projeto, por uma decisão democrática, vai levar em consideração aquilo que a categoria definir, debater, assim como também vamos levar em consideração o que as famílias estão dizendo. Independente da minha posição pessoal! Então, eu queria deixar isso avisado. E quero também chamar atenção aqui das pessoas que estão nesta audiência, que estão envolvidas com a educação, porque esse debate tem trazido para mim grandes preocupações, porque, ao chegar à escola, professores e diretores dizem que há uma mudança radical no comportamento das escolas nos últimos três anos e, assustadoramente, falam em medo, em violência dentro das escolas. Professores começam a se sentir seguros com as câmeras em salas de aula. Acho que é um tema que nós vamos ter que debater e quero fazer um convite para as pessoas das universidades, do fórum, desses espaços, para nos ajudar nessa definição, nesse debate, na construção dessa legislação, dessa relatoria, porque é um debate polêmico e, na minha avaliação, perigoso. Eu vejo as câmeras como perigo, embora os professores estejam vendo como solução para os problemas imediatos. Vejo como perigo, dado o controle sobre o trabalho dos professores e sobre a partir daquilo que estamos vivenciando, inclusive aqui na Assembleia Legislativa mesmo, em que vimos, algumas vezes, ataques e perseguição aos professores. Isso me preocupa bastante, mas, lá no chão da escola, há uma outra posição. Quero chamar a atenção de vocês para que façamos esse debate juntos e pensemos em alternativas para pensarmos em algo que fortaleça a educação e que não criemos risco em torno disso. Obrigada.

**DEPUTADO PROFESSOR RINALDO** - Podemos (presidente da Comissão Permanente de Educação, Cultura e Desporto) — Quero agradecer à professora Francisca, representando as instituições de educação particulares. Vamos fazer um documento, com a aquiescência dos demais membros da comissão, e vamos encaminhar à Secretaria de Estado de Educação... Pega aqui, para tirar um retrato ali. Eu sou da época do retrato. Quero agradecer a todos vocês e vamos para o saguão, aqueles que puderem, para fazermos um registro. Um grande abraço a todos e que tenhamos uma educação de qualidade no estado e no Brasil. Muito obrigado a todos. Nada mais havendo a tratar nesta audiência, eu a declaro encerrada (17h07min).